

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANGÉLICA CRUZ LINO

AVANÇO OU RETROCESSO:

Um olhar crítico a partir dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social –
CRAS na adesão ao Programa Criança Feliz pelo município de Brejo Santo-CE

Juazeiro do Norte-CE
2018

ANGÉLICA CRUZ LINO

AVANÇO OU RETROCESSO:

**Um olhar crítico a partir dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social –
CRAS na análise do Programa Criança Feliz pelo município de Brejo Santo-CE**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, sob a orientação
da Professora Ms. Shyla Alves Dias.

Juazeiro do Norte-CE

2018

ANGÉLICA CRUZ LINO

AVANÇO OU RETROCESSO:

Um olhar crítico a partir das profissionais do Centro de Referência de Assistência Social –
CRAS na adoção do Programa Criança Feliz pelo município de Brejo Santo-CE

Monografia apresentada ao Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, sob a orientação
da Professora Ms. Rheyli Alves Dias.

Aprovada em: 19 / 06 / 2019

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Ms. Rheyli Alves Dias
Orientadora



Prof. Esp. Jaciara Vieira de Caldas
1ª Examinadora



Prof. Esp. Amílly de Lima Vieira
2ª Examinadora

*Dedico este trabalho aos meus Pais, Esposo e
Filha, que são minha base e força perante os
desafios percorridos ao longo destes anos. Amo
vós.*

Me lembro quando eu era apenas uma
criança... Queria ser adulto, queria ter meus
próprios direitos, minha própria liberdade,
minha própria vida... Tão ingênuo, tão
pequeno, tão puro... Agora Entendo meus Pais.
(Sovnik)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças, saúde e permitiu que tudo isso fosse possível, não somente nestes anos como universitária, mais em tudo que mim proponho a fazer ele é, meu grande mestre.

Aos meus Pais pelo amor e por me incentivarem a estudar e conquistar meus sonhos. Meu pai Dilberto que todas as noites mim esperava chegar da faculdade, e que sempre estava disposto a ajudar em tudo que precisasse. Minha mãe Leninha que ficava com minha filha como uma segunda mãe, dando-lhe amor e atenção, e que me incentivou a permanecer forte em todo caminho acadêmico. Amo vocês.

Minha filha Alyssa que mesmo muito pequena entendia a minha ausência e quando precisava estudar ficava em silêncio mesmo querendo brincar. Filha a amo incondicionalmente você é a razão que mim fez voltar à Universidade e pela qual irei além dessa etapa.

Ao meu esposo Junior, pessoa com quem amo partilhar a vida, pelo amor, comprometido e incentivo, por acreditar na minha capacidade entender meus estresses e por sempre estar ao meu lado mim encorajando a permanecer forte. Amo-te.

A minha amiga Edivania Martins que é visitadora do Programa Criança Feliz por despertar em mim o desejo de pesquisar sobre o assunto e por ser essa pessoa iluminada, que sempre tinha palavras de incentivo quando necessário.

Agradeço também a turma 366 que me recebeu de braços abertos em especial ao meu grupo que se tornaram minhas irmãs, Ana Carla Bern, Damiana Saraiva, Imaculada Saraiva, Ione Alves, Kalina Lacerda, Kalliany Henrique e Nelane Damasceno. Apesar dos altos e baixos que geravam no grupo espero que a nossa amizade vá além dos muros da Universidade, pois cada uma ocupa um lugar especial no meu coração.

Aos professores que mim acompanharam durante a graduação, em especial a professora Sheyla Alves Dias pelo incentivo e paciência na orientação que tornou possível a conclusão desta monografia o meu mais sincero agradecimento.

Obrigada a todos que mesmo não estando citados aqui, contribuíram para a conclusão desse processo da minha vida e para a profissional que me tornarei.

Gratidão

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre o Programa Criança Feliz e o Serviço Social. Possui como objetivo, analisar a adesão do Programa Criança Feliz – PCF por meio da ótica dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Brejo Santo – CE. Desta maneira, o PCF representa um retrocesso no que se refere à garantia de direitos, já que apresentam traços do conservadorismo, o que impacta de forma negativa na atuação profissional, criou também a desconstrução dos direitos trabalhistas. Nesse ponto, destaca-se o neoliberalismo como estratégia de manutenção do capital, deixando as políticas públicas setoriais, focalistas e fragmentadas. Com o intuito de atingir os objetivos aqui propostos o referido trabalho institui-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, com características descritivas, explicativas e exploratórias, possuindo abordagem qualitativa. Tem como método o Materialismo Histórico e Dialético e a técnica adotada na coleta de dados foi o questionário, aplicado aos profissionais (assistentes sociais e visitadores) que trabalham no CRAS e com o PCF entre os meses de fevereiro e março de 2018. No que dizem respeito aos resultados, as respostas encaixam com referencial teórico em que os profissionais não desistem do total conhecimento sobre o PCF, o que ocasiona um retrocesso nas relações de trabalho e na efetivação dos direitos sociais. Finaliza-se que o PCF é um retrocesso para a garantia dos direitos sociais, por ter traços conservadores, caráter de ajuda que remete a filantropização e a caridade. Contudo, a discussão é de suma importância para o Serviço Social, caracterizando mais um desafio para o profissional atender as demandas em meio à burocratização e dificuldades postas pelo sistema capitalista. Assim, a matriz teórica em análise incorpora um debate entre o PCF e o Serviço Social no Brasil.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz, Serviço Social, Centro de Referência de Assistência Social, Prática profissional.

ABSTRACT

This paper is about the Programa Criança Feliz and social work. It aims to analyze the adhesion of the Programa Criança Feliz – PCF – through the perspective of professionals from the reference center for social assistance – CRAS – from Brejo Santo – CE. In this way, the PCF represents a step backwards regarding the guarantee of rights, since they show traces of conservatism, which negatively impacts the professional performance, as well as the deconstruction of labor rights. At this point, neoliberalism stands out as a strategy for maintaining the capital, making the public policies sectoralized, focalist and fragmented. In order to reach the objectives proposed here, this work is based on a bibliographical and field research descriptive, explanatory and exploratory characteristics, possessing a qualitative approach. It has as the method the historical and dialectical materialism and the technique adopted in the data collection was a questionnaire, applied to professionals (social workers and visitors) working in the CRAS and with PCF between February and March of 2018. Regarding the results, the answers fit with a theoretical reference in which the professionals do not have full knowledge about the PCF, which causes a regression in the labor relations and the realization of the social rights. It is concluded that the PCF is a retrocession for the guarantee of social rights, for having conservative traits and character of aid that refers to philanthropy and charity. However, the discussion is extremely important for social work, characterizing a further challenge for the professional to attend to the demands amid the bureaucratization and difficulties established by the capitalist system. Thus, the thematic motive in analysis incorporates a discussion between the PCF and the social work in Brazil.

Keywords: Programa Criança Feliz; Social Work; Reference Center for Social Assistance; Professional Practice.

LISTA DE SIGLAS

- CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CER - Centro Especializado em Reabilitação
CF/88 - Constituição Federal de 1988
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FLUBEM - Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
NOB/RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAS - Política da Assistência Social
PCF - Programa Criança Feliz
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
SAM - Serviço de Assistência ao Menor
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
UBS - Unidades Básicas de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO MECANISMO DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL..... 14

1.1 BASES ESTRUTURAIS DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA 14

1.2 A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DIANTE DA OFENSIVA NEOLIBERAL 22

CAPÍTULO II - A POLÍTICA SOCIAL EM MEIO A PRIMEIRA INFÂNCIA: GARANTIA DE DIREITOS? 38

2.1 A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS MEDIANTE A POLÍTICA PÚBLICA 30

2.2 APRECIÇÕES DAS BASES CONCEITUAIS E ESTRUTURAIS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO ÂMBITO DA SUA EXECUÇÃO 36

CAPÍTULO III- ANÁLISE DOS DADOS: AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS E DOS VISITADORES DIANTE DA CONSECUÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ 45

3.1 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESVELANDO A REALIDADE DO AMBIENTE PESQUISADO 45

3.2 TRANSCURSO METODOLÓGICO: ROTEIRO UTILIZADO PARA A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA 48

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: APREENDENDO A REALIDADE PESQUISADA 53

CONSIDERAÇÕES FINAIS 68

REFERÊNCIAS 71

APÊNDICE (S) 79

ANEXO (S) 82

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Papel da União, dos Estados e Distrito Federal e Município no PCF	39
FIGURA 2: Foco do PCF	39

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Especificação dos profissionais entrevistados segundo a faixa etária	33
TABELA 2: Especificação dos profissionais segundo a formação acadêmica	36

INTRODUÇÃO

A relação do Programa Criança Feliz (PCF) com o Serviço Social é necessária para entender a influência que o programa tem para o profissional, já que, discutir essa temática é bastante enigmático por envolver a realidade dos usuários, trazendo aspectos que circunda a economia, a política e a cultura. Esta etapa da história remete a desconstrução dos direitos sociais e a maximização das despesas da questão social.

Desse modo, conforme os autores Iannamoto (2013); Rizzini (2008); Anderson et al (1995), relatam que os programas novos e já existentes são definidos pela ideologia burguesa, sendo optam por traços conservadores, políticas focalizadas e minimalistas para atender as demandas. É importante ressaltar que a profissão no Brasil é legitimada pelo Materialismo Histórico e Dialético do qual vem sendo impactado pelo capital.

A começar do estágio supervisionado I e II em Serviço Social realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em Juazeiro do Norte – CE, algumas indagações foram levantadas relacionadas ao assunto estudado e ao objetivo da pesquisa. Desse modo, este trabalho tem como problema de pesquisa: De que forma o Programa Criança Feliz impacta na vida dos usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Bojo Santo – CE sob a ótica dos profissionais?

Desse maneira, as respostas possíveis que a serem relatadas na realidade social aqui pesquisada e que corresponde à problemática acima citada, indicam as seguintes hipóteses: o Programa Criança Feliz traz mudanças na realidade do usuário? É um programa fruto da lógica do capital? O Programa Criança Feliz é uma ameaça ao processo do empoderamento do usuário do CRAS?

Desse forma, esta monografia possui como objetivo analisar a adesão do Programa Criança Feliz por meio da ótica dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS de Bojo Santo-CE. Para tal, inicialmente, se discute acerca do enfrentamento da questão social diante da ofensiva neoliberal na esfera do Estado brasileiro; em seguida, descrevem-se as ações assistenciais e a respectiva legislação, bem como a execução do Programa Criança Feliz; e por último, identificar os avanços e retrocessos da efetivação do programa no município sob a ótica dos entrevistados.

A escolha do tema surgiu a partir de diálogos e da observação no estágio supervisionado I e II do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Trilângulo em Juazeiro do Norte - CE. É uma temática nova que mostra os traços que o sistema vigente vem

buscando para atender as demandas sociais, bem como a visão do profissional mediante sua prática na efetivação das políticas públicas.

No que diz respeito à metodologia empregada, a monografia aqui produzida, é caracterizada por uma pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica e de campo, possui abordagem qualitativa, com características descritivas, explicativas e exploratórias. A técnica escolhida foi o questionário para facilitar a aplicação da pesquisa. O método adotado foi o Materialismo Histórico e Dialético, já que, proporciona o entendimento acerca da totalidade da relação capital e trabalho.

A pesquisa foi realizada nos CRAS de Bejo Santo-CE. A população da pesquisa corresponde a 11 profissionais divididos entre assistentes sociais e visitadores, sendo entrevistados nos meses de fevereiro e março de 2018. Por indisponibilidade de alguns profissionais em participar da aplicação da pesquisa, a coleta de dados se deu através de uma amostragem daqueles que aceitaram participar da pesquisa, representada por 8 entrevistados, correspondendo a 72,72% do universo da pesquisa.

No que se refere à elaboração da pesquisa, o primeiro capítulo discute acerca do embasamento da questão social diante da ofensiva neoliberal no esfera do Estado brasileiro, abordando a política de assistência social enquanto mecanismo de enfrentamento da questão social, bem como suas bases estruturais no Brasil e a política de assistência social diante da ofensiva neoliberal.

O segundo capítulo trata sobre a política social em meio à primeira infância, mais precisamente a garantia de direitos, tratando aspectos relacionados a proteção das crianças mediante a política pública e a apreensão das bases conceituais e estruturais do Programa Criança Feliz no âmbito da sua atuação.

No terceiro capítulo, discute acerca das diversas concepções dos assistentes sociais e dos visitadores diante da concepção do PCF, resultando no entrelaçamento, na análise e na interpretação dos dados referentes a pesquisa e também debatendo sobre o campo do qual foi aplicada a pesquisa.

Diante da realidade atual, é importante entender o intuito dos programas existentes, bem como compreender a relação entre capital e trabalho para poder intervir na realidade social do assalariado, já que os novos programas não trazem novidades para garantir os direitos sociais, já que o real objetivo do Estado é obter lucro e não atender as demandas existentes.

CAPÍTULO I - A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO MECANISMO DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Para começarmos a discutir sobre o avanço ou retrocesso: Um olhar crítico na adesão do Programa Criança Feliz pelo município de Ilho do Espírito Santo-CE; percebeu-se a indispensabilidade de falar da Política da Assistência Social (P.A.S.) enquanto mecanismo de enfrentamento da Questão Social na contemporaneidade, bem como isso ocorre no Brasil. Dessa forma, salientam-se alguns autores que contribuem para o debate, trazendo pontos importantes que ocorreram na história com o surgimento da Questão Social.

Dessa modo, o capítulo trata as bases estruturais Questão Social de modo geral, para se ter uma ideia de como a mesma afeta a sociedade desde seus primórdios até os dias atuais. Assim como se deu no Brasil, trazendo suas principais partes, das quais envolvem a política social e como isso interfere na classe trabalhadora.

Por consequência, se busca mostrar a P.A.S. diante da ofensiva neoliberal, exemplificando quais são suas características e expressões, dialogando sobre a importância da política e dos pontos abordados para a sociedade civil atualmente, analisando se os direitos estão sendo efetivados.

1.1. BASES ESTRUTURAIS DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para iniciar o debate, é necessário de imediato trazer o significado da expressão Questão Social. Assim, para Lauereto (2015), a Questão Social é entendida como um conjunto das expressões da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é progressivamente coletiva, o trabalho transforma-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Surgiu na Europa no século XIX, exigindo uma mudança nas políticas sociais para beneficiar a classe operária, que lá sustentando sua pobreza, passando a ter necessidades como falta de água, comida e até mesmo de saneamento básico, por exemplo. Isso se deu através da industrialização que trouxe mais situações de fome e de saúde, atingindo assim, problemas com as políticas sociais existentes.

Dessa modo, surge a ideia do capitalismo, trazendo consigo a desigualdade social, onde as famílias passam a ter que pleitear seus direitos para obtê-los, fazendo isso através de

protestos, manifestações, ou seja, brigando, lutando e lutando por aquilo que deveria ter sem ser por precisar.

Assim, cria-se a proteção social, prevenindo a população de vulnerabilidade social por meio do desamortimento capitalista, que trouxe consigo a pobreza e privação daquelas que não tinham condições financeiras bem-sucedidas, bem como busca o fortalecimento de vínculos das famílias e unidades.

É através dessa busca da população por direitos que o Estado começa a intervir nas políticas sociais, para assim, amenizar os conflitos sociais existentes, para que após isso o capitalismo possa se manifestar mais forte e organizado.

Compreender a "questão social" como expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista é uma clara inflexão no fechamento do debate instaurado pelas ciências sociais. Isto torna, como argumento central para a abordagem da "questão social", as realidades nas formas de "excludência" ou "excluído social", desde desaperceber as questões mais essenciais da constituição desses valores como complexos historicamente desvalorizados da socialidade. Explorou-se, ainda, a diferenciabilidade ideológica dada pelo conservadorismo inerente ao debate da "questão social" nos círculos sociais e o ethos de fechamento desenhado como "questão social" apresenta-se "desdramatizando" e "desencantando", desqualificando as características próprias da "apologia infernal". (SANTOS 2008, p. 30).

Entender a Questão social como uma consequência do capitalismo é crer que há uma separação das classes e dos fenômenos sociais. Levando-se em consideração os aspectos políticos, econômicos e históricos, percebe-se que há uma dificuldade no que se refere a compreensão da totalidade, em contraponto, favorece a naturalização de suas expressões.

Para Lamentosa (2013), há uma contradição fundamental da sociedade capitalista, isto se encontra entre o trabalho coletivo e a apropriação privada dos frutos, das condições e frutos do trabalho. Está na origem do fato que o desamortimento nesta sociedade sucede, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, entre outras coisas, desenvolver as forças produtivas do trabalho social. Por outro lado, faz crescer a distância entre a concentração e acumulação de dinheiro e a produção crescente da miséria, da pobreza, atingindo a maior parte da população mundial, até mesmo naquelas consideradas países ricos e desenvolvidas.

Assim, é notório perceber que a Questão Social não é algo real, palpável, nem é importante que se entenda seu conceito, uma vez que, mesmo não seja algo existente, suas expressões são altamente vistas na vida social da população e estão constantemente mais frequentes. Entendendo que são frutos da exploração e que são consequências umas problemas sociais pela burguesia.

Segundo Silva, Bandeira e Silva (2013), em relação à esta temática, a mesma está intimamente vinculada ao sistema capitalista de produção, em que se refletem as expressões das desigualdades sociais, provenientes da relação entre capital e trabalho, como foi dito, interfere diretamente na vida do trabalhador.

A adoção da teoria social marxista no plano da formação e do exercício profissional, com repercussões na produção acadêmica, abrangeu a questão social como base de fundamentação teórico-histórica da profissão e do trabalho profissional, em suas múltiplas expressões; abrangeu também o trabalho e o processo de trabalho, no seja, a leitura da categoria trabalho na análise da realidade e da profissão, como uma especialização que se realiza mediante o assalariamento e a inserção em processos de trabalho; conferiu a um projeto profissional autônomo em valores de caráter emancipatório, conduzindo uma direção social contra-hegemônica à socialidade burguesa; analisou a história da profissão, situada no movimento da realidade, em suas múltiplas determinações, elucidando o significado social da profissão e a conformação das distintas relações sociológicas formuladas em sua trajetória (CLOES: 2015, p. 2).

Assim, é perceptível que é através da sua formação histórica, é público alvo dos profissionais do Serviço Social, desde sua formação acadêmica até sua prática profissional, já que aborda as diversas expressões sociais resultantes do sistema vigente.

Conforme Silva, Bandeira e Silva (2013), com base na referida lei da acumulação, o acúmulo do capital está diretamente ligado à teoria da mais valia, a qual é um dos pilares do capitalismo. A estrutura desta gera consequências diretas na sociedade, como a pobreza, uma das faces da Questão Social.

Mais uma vez é posto em discussão algumas estratégias do capitalismo, uma delas é que com a utilização do acúmulo da riqueza e a mais valia, gera exploração. O trabalhador é pago para fazer tarefas durante certa quantidade de horas, ultrapassa-se tanto no horário combinado, como até mesmo em suas atividades laborais.

Para Castel (2005), partindo do pressuposto da relação entre capital e trabalho, na qual a Questão Social e suas manifestações têm origem, a condição de trabalho é metamorfoseada em assalariamento e a condição de assalariado, ocupada por muitos trabalhadores, está vinculada à maior parte das proteções contra os riscos sociais. No entanto, mesmo inseridos em empresas ou em qualquer ocupação, muitos desses trabalhadores permanecem em uma condição de vulnerabilidade social.

Por isso, a importância de se compreender sobre tal complexidade, uma vez que é através dela que se dão suas expressões. A vulnerabilidade sofrida pelos trabalhadores é notada pela precarização do trabalho, gerando processos de exclusão dos indivíduos e de seus direitos.

No Brasil, a Questão Social apresentou algumas peculiaridades. Assim, é importante salutar o resgate histórico da década de 1930 até os dias atuais para uma maior explanação e entendimento, bem como manter uma ordem de raciocínio de como as coisas aconteceram, explicando o papel do Estado em meio as desigualdades sociais, assim como o desenvolver do capitalismo.

Para Silva (2013), como resultado das lutas sociais históricas, partimos do reconhecimento de suas raízes, ainda que latentes, como provenientes dos antagonismos da sociedade e da economia colonial, que envolve o escravismo, mesmo compreendendo que a Questão Social só adquire reconhecimento e publicização tardia nas primeiras décadas do século XX com a evolução do capitalismo moderno e mediante o processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira. Nesse contexto, constituem-se novas classes fundamentais que, a começar de sua posição antagonista nas relações sociais de produção, dão nova qualidade à questão social e contribuem, dessa forma, para o processo de implantação do Serviço Social no Brasil. Sua vinculação e seu papel no enfrentamento da questão social é outro aspecto aqui discutido.

Aqui, trata uma introdução da Questão Social no Brasil, mostrando uma das principais particularidades: a escravidão da qual ocorreu no país, bem como seu reconhecimento e expansão que aconteceram após a evolução do capitalismo no processo de industrialização na sociedade brasileira. Dessa forma, deixa claro a relação capital x trabalho e a importância do Serviço Social, nesse perspectiva e em seu enfrentamento. Sendo este um processo tardio, por ter sistema colonial baseado no trabalho escravo, na monocultura agrícola e na latifúndio de exportação, que como é até os dias atuais, totalmente subordinados aos grandes centros da economia mundial, fato este que marcou a vida econômica, política, social e cultural de nosso país profundamente.

Segundo Bufile (2003), a Questão Social, que antes era encarada como uma questão de política passou a ser considerada como uma questão de política, que demandava soluções mais abrangentes. O Estado adotou, a partir daí uma política de proteção ao trabalhador, incentivando o trabalho e o aumento da produção. Cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, e promulga uma legislação trabalhista que respondia de certa forma, às necessidades do trabalhador e aos interesses mais amplos da industrialização emergente. Assim, foi sendo dado um tratamento sistematizado à questão social que, ao mesmo tempo, alinhava e atrelava as classes subalternas à política do governo, sem permitir maiores chances de participação.

Nota-se que há uma evolução no que se refere ao enfrentamento da Questão Social, já que, antes era considerado um confronto ao Estado e por isso era caso de polícia. Depois, torna-se questão de política por se perceber a magnitude da problemática da qual não é somente por ser um simples confronto e sim, pelo caráter que ela representa por se tratar dos problemas sociais.

Segundo Carvalho (2008), foi em 1º de julho de 1938, que Vargas instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNS5), do qual era vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. Este Conselho tinha em sua formação sete membros considerados renomados, sendo uma principal função a elaboração de estatísticas sociais, a análise das adequações de entidades sociais e de seus pedidos de subvenções e isenções, além de dizer das demandas dos mais desfavorecidos.

Dessa forma, as unidades da assistência social não tinham visibilidade e muito menos direitos que fossem garantidos por as políticas sociais dessa época, como também, não podiam participar de conferências, projetos ou programas de enfrentamento a pobreza, ou seja, não podiam fiscalizar as políticas públicas que eram voltadas para eles mesmos.

Para Marcotterio e Fonseca (2017), em 1942 foi criada a Lei do Brasil de Assistência (LBA) e tem como objetivo prestar a assistência social, de forma direta ou indireta, através da colaboração com instituições especializadas, formando um órgão de cooperação entre Estado e sociedade, ou seja, o objetivo era proteger a família dos soldados que haviam sido convocados para a guerra.

Dessa forma, previa as necessidades destas famílias e eram entregues as Primeiras Damas, assim, sendo voltada a filantropização, ajuda e caridade, conforme o interesse dos governantes daquela época. Dessa moda, as instituições sociais e assistenciais converteram-se em meio de obter o controle social e político, sendo assim, o controle da produção e dos problemas sociais existentes.

De acordo com Câmara (2015), em 1940 foi implantado o "Sistema S" do qual dependem de forma significativa de recursos do fundo público, mas sem o controle dos seus segmentos. De tal forma que as primeiras medidas no sentido de obrigar a divulgação dos dados orçamentários das entidades do Sistema vão ocorrer apenas a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O "Sistema S" é composto por nove instituições, das quais tiveram quatro pioneiras: o Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Tendo como objetivo proporcionar aos trabalhadores acesso aos diversos bens e

serviços, nas suas diversas áreas. Na contrapartida, as entidades arrecadam um valor que é adicionado de um desconto na folha de pagamento dos trabalhadores das indústrias e do setor comércio.

Conforme Silva, Ponte e Pacheco (2013), já nos anos de 1960, temos como fato marcante o golpe militar de 1964. Esse fato foi crucial para que os senhores racionalistas que se fundamentavam nas reformas de base desaparecessem. A partir daqui o caráter assistencial assumido pelas políticas públicas, foi efetivado pelo binômio repressão-assistência.

Ponte, as últimas décadas vêm sendo caracterizada pela mudança desses vetores. A riqueza, que antes crescia para os pobres para a crescer para cima, semelhante a um cone, sendo concentrada em mãos de poucos (acumulação de renda) e os pobres crescem se expandindo (alarga a base do cone). Os ricos estão crescendo em uma velocidade cada vez maior e os pobres estão desempobrecendo cada vez mais. (SILVA, PONTE E PACHECO, 2013, p. 48).

Aqui, traz o exemplo do cone como meio de explicar o ludo de crescimento através das mudanças que aconteciam com o desenvolvimento do capitalismo. Mostrando como os ricos estão mais ricos e os pobres mais pobres.

Para Silva, Ponte e Pacheco (2013), o período pós década de 1970 é marcado pelo avanço dos ideais neoliberais, que surge como reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar. A crise de 1969-70, segundo os neoliberais, era fruto do poder dos sindicatos e do movimento operário, que desgastam as bases de acumulação, e do aumento dos gastos sociais do Estado, o que resulta em processos inflacionários. Ainda para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, é maléfica ao desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e minimiza a poupança da população.

A partir da década de 1970 começa a lidar com o neoliberalismo, onde traz consigo a ideia do Estado intervencionista, em que se culpa os sindicatos e os movimentos sociais pela crise dessa época, trazendo um desgosto a aos lucros lucrado pela burguesia, consequentemente a elevação dos gastos sociais, resultando na inflação. Sem contar que se considera um malefício a proteção social da qual já foi falado aqui, por se acreditar que aumenta o consumo e, por conseguinte, diminui a economia da população menos favorecida.

Segundo Daniél e Lévy (2007), o neoliberalismo apresenta três características em seus traços mais diversos nos Estados Unidos e na Europa. São elas: "uma dialética mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade, a criação de rendas a favor das classes mais abastadas, e a redução da taxa de acumulação". O imperialismo na era neoliberal pode se caracterizar pela hegemonia dos Estados Unidos, que detêm fluxos enormes de renda da

esto do mundo. Mas esse domínio é sapado pelos desequilíbrios externos crescentes do país, a expressão de uma onda extraordinária de consumo por parte das famílias.

A questão social, tanto na explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira. Contudo, na maioria das vezes, essas lutas tiveram um caráter elitista, mas sempre buscando a participação das massas: lutas pela terra, migrações internas, servidão e escravidão do indígena, movimento negro, liberdade sindical, protestos sociais dos trabalhadores emergentes da industrialização brasileira, etc. (SILVA, 2012, p. 262).

Percebe-se que a Questão Social sempre existiu mesmo ela não sendo exposta de início, como também, com a evolução do capitalismo tornando-a explícita. O que fez movimentos sociais para tentar amenizar essa problemática, mesmo essas lutas tiveram por muitas vezes, um caráter elitista, mas sempre com o objetivo de buscar por seus direitos e a participação da população, cada categoria lutando pela sua causa.

Assim, a questão social é compreendida no sentido entre o processo de produção de desigualdades sociais (relação da apropriação privada dos meios de produção e dos bens e riquezas) e o processo de resistências e rebelião do trabalho (que forçam as elites políticas da classe trabalhadora contra o projeto societário que legitima o capital). (BARBOSA, 2017, p. 41).

A Questão Social faz parte do processo da pobreza, da miséria, ou seja, da desigualdade social. Sendo que é fruto da relação entre a apropriação privada dos meios e dos modos de produção, legitimando o capitalismo.

A globalização, a divisão do trabalho, a exploração, são exemplos significativos que afetam de forma direta ao proletariado. Os produtos podem ser exportados de qualquer lugar do mundo, trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto. Dessa forma, a distribuição da riqueza é dividida entre grupos minoritários e a maioria vende sua força de trabalho sendo que é frequentemente muito desvalorizada.

Para Lamasolo (2015), a competitividade internacional impõe a exigência de qualidade dos produtos para garantir a rentabilidade da produção, em um contexto de globalização da produção e dos mercados. As empresas tornam-se empresas mistas, que mista em torno de si pequenas e médias empresas que fornecem produtos e serviços, estabelecendo-se a chamada terceirização. Sendo essas, que vem precarizando as relações de trabalho, reduzindo direitos sociais, rebaixam salários, estabelecem contratos temporários, o que afeta diretamente a defesa do trabalhador.

Segundo Garcia, Ramos e Bonadio (2009), foi somente nos anos de 1980 com o esgarçamento do modelo político e autoritário, e o visível aumento da desigualdade social é

que os movimentos sociais reuniram as lutas sociais e a Questão Social volta a arena brasileira. E a principal e mais importante resposta às lutas sociais desse período de transição democrática, foi a Constituição Federal que garantiu os direitos sociais, e conferiu caráter político à Questão Social.

Ainda segundo esses autores, com o novo que o capitalismo trouxe, o Brasil entra nos anos 1990 sob imposição do neoliberalismo, que desenha novas expressões da Questão Social. São expressões que à luz das transformações da sociedade contemporânea, na verdade, apresenta com nova roupagem as "velhas questões", o que levou autores e pensadores brasileiros a pensar que há uma nova Questão Social, isto, porém não é uma conformidade.

A "nova questão social", por sua vez, discute os mecanismos de desemprego e de surgimento de novas formas de pobreza. Tem como pilonares o desenvolvimento e a crise do paradigma keynesiano; os modelos de acumulação e métodos de gestão econômica e social, bem como do Estado-Providência e dos regimes reguladores de proteção social e trabalho. O que permeia esse cenário da sociedade – a segurança social – passa, a partir do final da década de 1970, a ficar como um eixo dinâmico. (STEIM 2009, p. 148).

Aqui, deixa claro o período onde passa a se considerar a existência da "Nova Questão Social", do que ela é decorrente e principalmente que através desse processo há o surgimento de novas expressões da pobreza. Leva-se em conta a gestão econômica e social, bem como as diversas providências do Estado no que se refere a proteção social e trabalhista.

Surge, nesse contexto, o trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do empacotamento do trabalhador "especializado" – e o assalariado social – sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, sob outro não necessariamente motivado em sua tradicional atribuição. (JAMAMITO, 2011, p. 12).

Aqui, expõe o novo modo de trabalho, onde cada pessoa tem sua função, porém exerce várias, no mesmo tempo de ocupação e com o mesmo salário, que como foi dito, é chamado de trabalhador polivalente. Isso ocorre com qualquer tipo de trabalhador, uma vez que o mesmo seja assalariado, ficando mais proveitoso para as empresas pagar por uma função enquanto o trabalhador faz de tudo um pouco.

Para Piana (2009), não se trata apenas de operacionalizar as políticas sociais, mas fazer se necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da Questão Social e suas expressões que desafiam sistematicamente as instituições sociais, pensarem as políticas sociais sempre com a situação das condições de vida da população pobre e com isso compreender a

mediação que os políticos sociais representam no processo de trabalho do profissional, ao deparar-se com as demandas da população.

É necessário que haja compreensão por parte da população no que se refere aos seus direitos e deveres. Conhecer e ter acesso a informação é imprescindível afim de que a sociedade tenha seus direitos efetivados. O Serviço Social tem papel preponderante nesse aspecto, onde é o mesmo que trabalha diretamente com as expressões da Questão Social, bem como com as demandas que surgem através do capitalismo. Assim, a profissional capacidade para lidar e passar essas informações é o Assistentia Social.

De acordo com Iamartino (2013), vive-se hoje uma terceira Revolução Industrial acompanhada de diversas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla captação da população trabalhadora de seus postos de trabalho. Anualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobressos, desnecessários. Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar disponível para se trabalhar. Fendemos, assim, que hoje se observa nos países desenvolvidos, cujos índices de desemprego estrutural eram comparativamente baixos.

1.2 A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DIANTE DA OFENSIVA NEOLIBERAL

O marco da Assistência Social brasileira foi a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que impôs uma nova concepção para a Assistência Social, incluindo-a na Seguridade Social, onde passa a ser reconhecida enquanto política pública, colocando como direito do cidadão e não mais ajuda ou um tipo de favor ocasional. Desta forma, a CF/88 se constitui como base e caminho para que se formule uma política pública com base na inclusão de direitos sociais previstos em Lei e resultem em benefícios importantes para os cidadãos brasileiros em situação de vulnerabilidade social.

A Seguridade Social é um sistema de proteção que busca dar apoio a sociedade com o objetivo de atender a necessidades básicas do ser humano, quando se encontra em situações de vulnerabilidade, se vê ameaçada a sobrevivência e atendimento dos mínimos sociais aos indivíduos e familiares, para a garantia desses direitos. Este período constitucional trouxe grandes mudanças no setor social abrindo espaço para novas configurações e concepções, passando direitos que passa a ser visto como sendo de natureza pública.

Em 7 de dezembro 1993 houve a instituição da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), impondo uma mudança na concepção da Assistência Social, passando a construir uma gestão pública e participativa da Assistência Social, tornando-se uma das Políticas da Seguridade Social, devendo garantir os mínimos sociais. A lei confirma os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, assegurando a responsabilidade do estado na gestão, financiamento e execução de política de assistência social.

Segundo a LOAS-Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes em risco; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovou não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (BRASIL, 1993, Pág. 09)

A Assistência Social tem como princípios a gratuidade sendo direcionada para aqueles que dela necessitam, ou seja, as pessoas em situação de vulnerabilidade, sem precisar que ocorra contribuição, são direcionadas as pessoas que estão fora do mercado de trabalho, sem proteção previdenciária e sem condições dignas de vidas. Ligada aos subsistemas, saúde e previdência, em buscando a realização de princípios constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, o bem-estar e a justiça social. A política da Assistência Social é composta por projetos, programas, serviços e benefícios os quais são obrigação do Estado, que deve promover os mínimos sociais, a partir de um conjunto de ações públicas e da sociedade.

Apesar das grandes conquistas a partir da CF/88, houve a instituição do Neoliberalismo no Brasil, causando a minimização dos gastos públicos, ocorrendo um retrocesso mais especificamente nos direitos sociais, trazendo com isso um antagonismo a CF/88 que pregava um progresso aos direitos estabelecido na construção dos Princípios Neoliberais.

O Neoliberalismo pode ser definido como uma ideologia ou doutrina que atualmente gestou a maior ideologia e síntese dos políticos e da opinião pública internacional, nacional e local, estabelecendo, por isso, os parâmetros da política econômica de grande parte dos países do mundo. Os programas de ajuste estrutural estão fortemente embasados nessa ideologia. Como isto pode indicar, o neoliberalismo ("novo liberalismo") não de volta à cena o conjunto de teorias econômicas conhecido como liberalismo. (FRANCO ET. AL, 2001, p.1)

Para Coutinho (2012), os ideólogos do Neoliberalismo gostam de se apresentar como defensores de uma suposta "terceira via" entre o liberalismo puro e o social – democracia "realista" como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade e pós-modernidade, portanto ao progresso. A versão atual da ideologia neoliberal faz assim da reforma, a sua principal bandeira.

Em contrapartida, de acordo com Pastorini (2007), no Neoliberalismo encontra-se o pensamento de que é necessário limitar a intervenção do Estado no que se refere à economia. Ao mesmo tempo, alega-se que a redistribuição que se pretende atingir com a participação governamental no mundo privado é ineficaz e produz efeitos contrários aos desejados, criando desigualdade. Em relação a isso, os neoliberais entendem que a intervenção do mercado através do governo, só poderá levar a desigualdades, já que implica em um tratamento desigual de indivíduos que são iguais perante a lei.

Conforme Anderson (1995), no Neoliberalismo promove o Estado Mínimo, o que reduz os direitos sociais, as políticas sociais que estas serão apenas paliativas tendo como objetivo apenas amenizar as demandas existentes. Para os neoliberais, só na sociedade livre de mercado a população pode se desenvolver completamente, sem a obrigatoriedade de um governo que lhes imponha o que deve ser feito. Ou seja, os indivíduos iguais perante a lei, mas na política não tem acesso igualitário às oportunidades.

Isto favorece ao mercado, a concorrência, refletindo na mudança estrutural na história do capitalismo, dando força aos neoliberais no que se refere aos ideais apesar de não ter sido isto por eles.

Certo o projeto ideológico e político definido de forma escrita, portanto, o neoliberalismo está esgotado. A possibilidade da sua contradição se relaciona não tanto ao caráter teórico de seu projeto político, mas ao seu lugar de articulação com o gigantesco processo de mudança estrutural em curso no mundo capitalista – não é, com as transformações ocorridas no estágio institucional (Empresas, Mercados e Estados) [...] (ANDERSON, Et al:1995, p. 141)

Apesar de o Neoliberalismo ter trazido tantas mudanças ao capitalismo percebe-se que o mesmo está esgotado. Depois da Segunda Guerra Mundial, os mercados se abriram e o comércio internacional começou a crescer mais que a produção dos mesmos. Ou seja, a evolução do capitalismo é uma ampliação dos mercados.

Mesmo que o Neoliberalismo seja discutido por diversos autores e ser algo presente na economia, até agora não se é possível dizer de forma exata do significado do Neoliberalismo econômico.

por sua complexidade e variações no decorrer dos anos. Por um lado, é notório os seus efeitos, por outro, é um significado instável.

Os liberais sustentam que o fracasso dos programas de ação se deve a que foi levado à cabo uma política orientada no sentido (aparentemente comum) que eles pensavam. [...] Quando há um fracasso, eles sempre jogam a culpa no Estado populista – inclusive quando não se pode evitar! Evidentemente, os liberais se negam a assumir a paternidade dos desastres produzidos por suas próprias políticas (Zichem, p. 142).

Observa-se que como foi dito acima, ainda que não se pode concluir um consenso para o Neoliberalismo os seus efeitos são vistos de forma clara. As políticas sociais são distribuídas de forma setorial, paliativa, com poucos recursos, dentre outras dificuldades. E ainda assim, se ocorrer erros é culpa do Estado, mesmo ele não sendo presente nas demandas sociais.

Conforme Costello (2012), o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação e garantia de direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, hoje significa cortes, reduções e supressão desses direitos e desse controle.

De acordo com Anderson (1995), as soluções democráticas que devem ser implementadas derivam de uma nova leitura da crise que difere da que é oferecida pelo neoliberalismo. Os grandes debates no seio da esquerda poderão fornecer a credibilidade política de que ainda se precisa para o desenvolvimento de um projeto alternativo.

O projeto neoliberal, que substituiu uma nova modalidade de resposta à "questão social", quer acabar com a realização de direitos das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com sua fiscalização e a parte das capacidades econômicas de cada um). Cria-se, em substituição, uma modalidade polimétrica de respostas às necessidades individuais, diferente segundo o poder aquisitivo de cada um. Tais respostas são constituições diretas, com uma atividade filantropocorporativa ou um serviço comunitarizado sem risco a qualidade dos serviços segundo ao poder de compra da pessoa, a universalização cede lugar à focalização e desuniversalização, a "solidariedade social" passa a ser localizada, pessoal, identificada à auto-ajuda e ajuda mútua. (MONTAÑO, 1999, p. 3).

O Neoliberalismo quer acabar com os direitos das políticas sociais e assistenciais, ou seja, cria-se uma modalidade de respostas às necessidades individuais, de acordo com a condição financeira de cada um. Assim, os direitos são despolinizados, passa-se a ter somente a Entropia, solidariedade e a ajuda.

Para Fichine, Rocha e Cunha (2014), no Neoliberalismo as relações de trabalho tornam-se flexibilizadas, precarizadas e com implicações para a profissão, enquanto cresce

trabalhadora. Com relação às políticas sociais, observamos um movimento de focalização e de generalização das mesmas, o que tem gerado consequências no âmbito da garantia dos direitos sociais, sendo este um terreno com focos de tensão, já que o Estado tem se mostrado mínimo na intervenção das expressões da Questão Social.

Expressa-se mais uma vez as características do neoliberalismo e o que ela faz com os trabalhadores. Ou seja, há uma desconstrução do trabalho e dos direitos sociais, estes passando a ser precarizado e flexibilizado. Em relação as políticas, são focalizadas, seletistas e atenuais e há cada vez menos a intervenção do Estado.

Em 2003, houve a IV Conferência Nacional de Assistência Social, a qual criou o Sistema Único De Assistência Social, mas só em 2005, a NOB/SUAS foi aprovada estabelecendo os requisitos, responsabilidades e incentivos para os municípios aderirem ao sistema, na busca de viabilização de um projeto de desenvolvimento nacional, universalizando os direitos, sendo centralizado nas famílias.

Já em 2004, aprovou-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS de 2004) e Norma Operacional Básica – NOB/2005 uniarne centralidade e prioridade para o a consolidação da Política Nacional de Assistência Social, onde deve se efetivar por meio de um amplo e significativo processo participativo na gestão do financiamento e execução da Política de Assistência Social. A NOB/SUAS/2005, contribuiu para um grande avanço na implementação dos serviços socioassistenciais, tendo como critérios de parâmetros transparentes e objetivos, propondo uma nova lógica de financiamento da Assistência Social, e qual esta pela garantia da oferta permanente de serviços socioassistenciais com base na qualidade do atendimento, não mais pela quantidade.

A NOB/SUAS é um instrumento de gestão que só terá eficácia se o seu conteúdo for amplamente pactuado e assumido entre os gestores da Assistência Social e se houver adesão às suas diretrizes. Estas devem auxiliar os Conselhos de Assistência Social em relação às suas tarefas de controle social da gestão do trabalho no SUAS, e devem ser também uma referência para os trabalhadores. A presente Norma visa, desse modo, à consolidação da Assistência Social como uma política pública e à garantia da ampla participação da sociedade civil nessa consolidação.

A Política Nacional de Assistência Social- PNAS aprovada em 2004 tem como finalidade organizar projetos, programas, serviços e benefícios da Assistência Social, consolidado no país o SUAS, com estrutura descentralizada, participativa e articulada com as políticas públicas setoriais, buscando o enfrentamento das desigualdades sociais, garantindo os mínimos sociais, promovendo condições para atender a sociedade. Nesse sentido, demarca

as particularidades e especificidades, campo de ação, objetivos, usuários e formas de operacionalização da Assistência Social, como política pública de proteção social.⁴

A PNAS tem como princípio a superação do atendimento às necessidades sociais sob as exigências de rentabilidade econômica, universalização dos direitos sociais, a fim de atuar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas, respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária.

A Assistência Social Brasileira em 11 de novembro de 2009 conquistou um novo patamar com a aprovação da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que possibilita a divisão e padronização dos serviços da proteção social básica e especial, colocando a sua qualidade, conteúdos relevantes e descrevendo o público a ser atendido. A tipificação dos serviços Socioassistenciais regulamentou o SCFV, que faz parte dos serviços do SUAS, buscando legitimar os direitos, prevenindo situações de vulnerabilidade, buscando da autonomia aos usuários, garantindo uma convivência, de convivência familiar e comunitária, estimulando para que eles consigam a sua autonomia enquanto cidadão de direito.

Já no que diz respeito ao Financiamento da Assistência Social, ficou regido pela norma operacional de 2005, ocorrendo o repasse por blocos de proteção, mantendo a garantia da oferta permanente de serviços socioassistenciais, com base na capacidade de atendimento, e não mais pela quantidade e modalidade de atendimento. Instituiu a transferência regular e automática fundo a fundo, do Fundo Nacional para os Fundos Municipais, dos Distritos Federais e Estados de Assistência Social e simplificou os instrumentos de repasse e prestação de contas do cofinanciamento federal, rompendo com a relação tradicional.

A proteção social básica segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais está relacionada aos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com o caráter continuado, preventivo e proativo buscando fortalecer a proteção das famílias e prevenindo a ruptura dos seus vínculos. Viabilizando um maior acesso aos direitos para que com isso melhorem as condições de vida dos usuários.

Já a proteção social especial está ligada aos serviços especializados ofertados no CREAS com a finalidade de assegurar atendimento especializado dando apoio, orientação e acompanhamento a famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Grupos familiares e indivíduos que vivem em situações de risco e violações de direitos por ocorrência de: Violência física, psicológica, negligência grave; violência sexual; abuso ou exploração sexual; Abandono; Cumprimento de medidas socioeducativas; Situação de rua e marginalidade; Alcoolismo;

vivência de trabalho infantil; as demandas devem ter o acompanhamento individual e devem manter um acompanhamento mais contínuo com flexibilização nas situações protativas.

Em 2012, a NOB/SUAS coloca a Assistência Social como parte do tripé da Sociedade Social, representando uma das conquistas do Estado, gestores, conselheiros, trabalhadores, especialistas, e da população brasileira, dando ênfase aos usuários do SUAS, que faz uma reorganização dos serviços os quais são divididos conforme a sua complexidade. Os serviços considerados de média complexidade atendem usuários e famílias, cujos direitos ainda não foram violados, passando a ter acompanhamento monitorado. Os de alta complexidade são direcionados quando os usuários já tiveram os seus direitos violados, quando precisam ser retirados do seu núcleo familiar e comunitário.

Faz-se necessário a elaboração de diagnósticos, estudos e propostas, promovidas pelo Estado, por profissionais de Serviço Social e por organizações do Terceiro Setor, para que se atinja de forma efetiva a consolidação todos os direitos sociais. O homem depende de forma direta e indireta de amplos sociais para materialização destes e mesmo que sofrem influência das relações capitalistas devido a retroalimentação, dependentes da ampliação da proteção social.

Não obstante, o debate sobre a pobreza e por consequência reveste a reflexão do papel dos cidadãos nesse processo. Sabe-se que a participação social em diferentes espaços de discussão e decisão tomava-se, ao longo da história, um importante mecanismo para que os indivíduos pertencentes aos seus espaços possam problematizar sobre suas dificuldades e potencialidades na concretização de projetos coletivos de mudança. Para isso, é preciso – para além da compreensão dos fatores sociais, econômicos e políticos – que sejam criadas mecanismos para o enfrentamento da pobreza e das "maiores" e ela associadas. (LUNELLI/COMERLATTO, 2013, p. 7).

Expressa-se a importância da sociedade em relação ao enfrentamento da pobreza. A participação social é o principal mecanismo para a garantia de direitos, uma vez que, as pessoas passam a problematizar suas dificuldades no que se refere aos projetos coletivos de mudança. Mas para isso ser efetivo, é preciso haver compreensão acerca da realidade social, econômica e política, para que assim, possa ter o enfrentamento da pobreza e das maiores sociais.

Segundo Lunelli e Comerlatto (2013), a assistência social é uma política pública que tem como estratégia o enfrentamento da pobreza, para isso, precisa se consolidar e se efetivar de modo a romper com as velhas e tradicionais políticas que sempre a colocaram subalterna na hierarquia com as demais políticas.

Para tanto, o profissional de Serviço Social tem como "dever" orientar-se por meio de princípios éticos com base no respeito e na dignidade humana se apropriando de uma postura proativa, propositiva e criativa visando à capacidade técnica em apresentar respostas às demandas sociais e promoção de mudanças de forma deliberada no meio social promovendo o acesso devido à proteção social por meio de respostas eficazes e efetivas.

CAPÍTULO II – A POLÍTICA SOCIAL EM MEIO À PRIMEIRA INFÂNCIA: GARANTIA DE DIREITOS?

Para iniciar o debate acerca da política social em meio à primeira infância, é necessário levantar o seguinte questionamento: há garantia de direitos? Através disso é que se tem a construção dessa pesquisa por meio do aprofundamento teórico. Além disso, tratando os principais pontos da criança na primeira infância.

Basta-se explicar sobre a proteção das crianças mediante a política pública, uma vez que, é por intermédio dela que se busca a efetivação da garantia de direitos, envolvendo o Assistente Social, já que o mesmo está diretamente ligado a essas políticas, bem como as modificações das quais elas permeiam.

Para discutir acerca do Programa Criança Feliz, é necessário explicar as bases conceituais e estruturais do referido programa em sua execução. Além disso, busca-se analisar se ele é um avanço ou um retrocesso ao que se refere aos programas sociais, trazendo alguns destaques atuais. Assim, é importante realizar um estudo aprofundado acerca dos fenômenos que debatem essa temática.

2.1 A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS MEDIANTE A POLÍTICA PÚBLICA

Para dar início sobre a discussão acerca da proteção das crianças mediante a política pública, é necessário abordar que nem sempre as crianças eram vistas como cidadãos, detentores de direitos. Antigamente, eram vistas como delinquentes, ou seja, pessoas irregulares, marginalizadas.

Com o passar do tempo, passou-se a ter a indispensabilidade de mudar essa realidade, para assim se tornassem sujeito de direitos. A partir desse aspecto é que surgem políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente. Dessa forma, garantindo os direitos dos mesmos, alterando o significado de criança para a sociedade.

Segundo Benevides, Daniel e Berwig (2014), até o início do século XX, a criança era vista como um problema social e insistiam políticas públicas para esta classe. Neste período, no Brasil as crianças e os adolescentes pobres eram excluídos da sociedade, como também eles não podiam ser vistos pelas elites burguesas, fazendo com que eles fossem marginalizados, marcando assim a Questão Social e a pobreza crônica.

Deste modo, o Estado não tinha nenhuma preocupação em garantir o direito decorrente dessa fase da vida, uma vez que, dessa forma se mantinha as expressões da Questão Social e da pobreza que era bastante visível.

[...] trata-se como ponto de partida um vasto campo de ação que se inscreveria nos profissionais da área jurídica, e isso foi objeto de regulamentação e debate sob a forma de projetos de lei apresentados entre 1906 e 1927, ano em que foi aprovado o Código de Menores, consolidando as "Leis de Assistência e Proteção aos menores". Embora o debate ultrapassasse em muito os limites do jurídico, pois abarcava várias outras áreas de conhecimento, a literatura academicamente jurídica, juristas associados às forças policiais, aos setores políticos, às cruzadas católicas, às associações católicas e filantrópicas. [...] (RIZZATO, 2004, p. 121).

O Código de Menores de 1927 serviu para consolidar as "Leis de Assistência e Proteção ao Menor", envolveu várias áreas de conhecimento, incorporando assim, uma política voltada para a infância, organizando outras políticas como a educação, trabalho e principalmente a recuperação dos menores que eram considerados "delinquentes".

Para Benevides, Daniel e Berweig (2014), os entendimentos eram baseados na internação de crianças em instituições, distantes do convívio social e da rede familiar, sendo a parte jurídica (o *juiz*) como instância máxima. Em 1940, se retifica o Código de Menores, tornando ele um documento com caráter menos punitivo e mais social, ou seja, ele se torna mais preventivo, assistencial e regenerador. Percebe-se que nesta época tinha-se uma política reclusiva e discriminadora, propiciando assim a criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor) em 1941. O SAM era um órgão do Ministério da Justiça voltado para o adolescente em fase de orientação e para o menor carente e abandonado.

Este órgão realizava estudos sobre os menores e organizava os meios de tratamento para eles. Utilizavam vários instrumentos, mas o primordial era o levantamento dos antecedentes morais e familiares dos menores. A criança aqui é vista como pobre e abandonada de forma física e moral que exige cuidados específicos.

Conforme Perez e Passos (2010), na década de 1960, o SAM passou a ser considerado desnecessário e com o golpe militar de 1964, criou-se a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor - FUNABEM, que visava uniformizar e controlar a política de bem-estar do menor. Dessa forma, o SAM passa a ser extinto.

Em 27 de novembro de 1967, criou-se a FUNABEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) autorizada pela Lei nº 1.354. A FUNABEM era destinada a prestar assistência ao menor na faixa etária de 0 a 18 anos no Estado da Guanabara. Na mesma época foi criada a Fundação Fluminense de Bem-Estar do Menor - FUNABEM, cuja área de abrangência era o antigo Estado do Rio de Janeiro e esta era vinculada à Secretaria de Estado de Serviço Social. (OLIVEIRA, 2014, p. 30).

A FEBEM, diferentemente das outras, tem uma triagem dentro de suas funções nessas instituições em sua grande maioria Médicos, Assistentes Sociais, Psicólogos, Psiquiatras, Pedagogos e Juristas, ou seja, há o trabalho multiprofissional para garantir os cuidados para com essas crianças.

Segundo Silva e Mello (2004), em 1979 é instituída uma versão do Código de Menores, que tratava da proteção e da vigilância às crianças e aos adolescentes considerados em situação irregular e se constituía num único conjunto de medidas destinadas, indistintamente, à menora de 18 anos autores de ato infracional, carentes ou abandonados — aspecto típico da doutrina da situação irregular que o inspirava. Tendo como objetivo compreender as possíveis implicações no âmbito educacional.

Apesar de ser uma nova versão, ainda apresentava um caráter repressivo, assistencialista e punitivo, o que contradição, uma vez que, esses programas deveriam proteger e cuidar das crianças e dos adolescentes. Apesar disso, é uma das principais conquistas no que se refere à legislação voltada à proteção ao menor pobre na história do país. Anteriormente, as decisões relacionadas aos menores limitavam-se aos artigos do Código Penal. É com toda essa trajetória que dá base para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é onde esse público alvo passa a ser considerado cidadão de direitos como qualquer pessoa adulta e consequentemente que também tem deveres a cumprir.

Para Rizzini (2008), há a ideia de salvar a criança da criminalidade e da qual é confundida com a proposta de salvar o país de uma crise. Pensando da seguinte forma: o molde de um país como se molda uma criança, embora seja um desafio, parecia viável, após perceber os limites e os discursos de esperança e alegria dos idealistas reformadores e suas instituições filantrópicas.

Assim, apesar de toda história voltada à criança, é perceptível que se volta a questão do Estado, da economia, do mercado do qual envolve o país. Moldando-se a criança, de modo que a mesma é adaptável a novas mudanças, era a solução para o país. Vistas como possíveis pessoas que possam violar ou cometer crimes, sendo educadas adequadamente fora do seu ambiente (rua; abandono). Para ser possível moldar a criança com esse propósito de civilizar o país, era preciso tê-las em condições de periculosidade.

É com a consolidação do ECA que as crianças e os adolescentes são reconhecidos sujeitos de direitos, ou seja, eles começam a ser considerados cidadãos. Dessa forma, o Estado vem assegurar todas as oportunidades e facilidades, com a finalidade de facilitar o desenvolvimento físico, moral, mental, espiritual e social, como também quebrar velhos

paradigmas que orientavam as ações sobre o tema, garantindo assim, a educação, moradia e lazer dos mesmos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, 11 de julho de 1990, pode ser considerado um dos documentos mais importantes da Constituição Federal de 1988, a qual no seu artigo 227, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir, com absoluta prioridade, direitos considerados essenciais: saúde, alimentação, educação, lazer, respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O artigo determina, também, que crianças e adolescentes devem ser protegidos contra toda forma de negligência, discriminação, violência, exploração e opressão. (SALIS, MATOS e LEAL, 2010; p. 148)

A partir do ECA é que de fato vem se garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, sem caráter de punição e sim de cuidados, como também a perda da ideia "do menor" delinquente e abandonado. Assim, de acordo com a CF/88 no artigo 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir direitos considerados essenciais. Dessa forma, trabalha-se em conjunto e evita de que a criança e o adolescente passem por dificuldades financeiras, dentre outras coisas. Garantindo assim, o direito dos mesmos.

Para Benevides, Daniel e Bervig (2014), com a implantação do ECA, o público infanto-juvenil começa a ser visto como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, além deles terem proteção integral e serem prioridade em qualquer atendimento. Fazendo um contraponto ao Código de Menores, é que as crianças e os adolescentes terão acesso à convivência familiar e os responsáveis por eles serão prioritariamente a família, depois o Estado e por último a sociedade.

Dessa forma, garantem-se os direitos fundamentais da pessoa, para que assim a criança e o adolescente possam se desenvolver de forma sã, com saúde e educação, respeitando suas características e particularidades, como por exemplo, em casos em que seja deficiente, onde o Estado deve prover de políticas públicas para garantir sua saúde e, se for preciso, sua inclusão.

Segundo Sales, Matos e Leal (2010), o ECA, regulamentou conquistas presentes na CF, e a sua implantação, mesmo que lenta, dados em termos de setores da sociedade brasileira, vem promovendo uma resolução nas áreas jurídica, social e política. A primeira delas está na mudança da concepção de infância e adolescência, anteriormente compreendidas como fases da vida destituídas de direitos e que, portanto, precisavam simplesmente de tutela. "Pela nova situação peculiar de desenvolvimento e pessoas portadoras de direitos".

Mais uma vez mostra-se o contraponto entre como era vista as crianças e adolescentes independentemente e como são vistas após a criação do ECA. Uma vez que não eram consideradas como cidadãos, apenas como delinquentes que poderiam pôr em perigo a sociedade e que só "passavam" como meio de moldá-las em favor do Estado.

Na que diz respeito à educação, o Estatuto afirma que, para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, é preciso uma educação que garanta o exercício da cidadania e de qualificação para o trabalho. Para isso, devem ser assegurados à criança e adolescente condições de qualidade para acesso e permanência na escola, o respeito dos educadores a seus valores, o direito de organização de serem ouvidos nas questões avaliativas da escola e de se recorrer às instâncias escolares superiores para garantir esses direitos, o direito de organização e participação das entidades estudantis, o direito de acesso à escola pública gratuita próxima de sua residência. Para democratizar a informação sobre o que os filhos aprendem, os pais ou responsáveis devem estar cientes do processo pedagógico. Podem, para isso, participar das definições das propostas educacionais das escolas. (BRDEM, 2018: p. 148).

Para que isso seja possível, é necessário que o Estado invista em escolas com ensino fundamental e médio de qualidade a fim de que, estejam aptos para o mercado de trabalho, bem como se tornem cidadãos de bem. Desse modo, a família também tem papel preponderante nessa jornada, pois poderá garantir a permanência deles na escola, como também ajudá-los em meios a dificuldades que possam vir a ser.

Conforme Garcia (2009), o ECA foi a primeira legislação aprovada de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e prevê a proteção integral, substituindo as medidas de controle e punição para uma perspectiva de direito e de possibilidades, que reconhece a criança e adolescente como sujeitos de direitos, está lei se apresenta com um novo paradigma ético, de direitos, em todas as suas dimensões. É resultado de discussões, dos movimentos populares, dentre outras coisas que passaram a denunciar nos meios de comunicação violências contra as crianças e adolescentes.

Ou seja, é a partir do ECA que vem garantir de fato os direitos das crianças e dos adolescentes, mesmo que ainda permaneça por complicações em meio a sua educação, uma vez que, depende de equipamentos ofertados pelo Estado, onde a maioria das vezes são espaços precários, que não dispõe de todos os instrumentos necessários para o garantia de direitos dos alunos que deles são atendidos.

Outro documento legal, que reforça ou complementa algumas determinações do ECA é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Na seu artigo III - do dever à educação e do dever do ensino -, apresenta o acesso ao ensino fundamental como direito público subjetivo e, para garanti-lo, qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação, organização ou

estados pode atuar o Ministério Público (artigo 3º). Em outros artigos e parágrafos, a LDB reitera e aprofunda aspectos relativos ao direito à educação já mencionados no ECA, como a obrigação dos pais de garantir a matrícula dos filhos nas escolas. (SALES, MATOS e LRAI, 2010; p. 149 e 150).

A preocupação com a educação não é algo que se é discutido somente atualmente, e sim, há muito tempo atrás. Mas com a criação do ECA é que se passou a debater de forma direta essa questão e com a origem da LDB é que se aprofunda em aspectos relativos ao direito à educação que é tão importante para o desenvolvimento da criança.

Para Espinola e Santos (2004), algumas pessoas consideram o ECA um tanto reducionista, já que, distribui responsabilidade a família, sociedade e ao Estado. Poderão assim, em alguns casos, causar impunidade aos delitos cometidos por eles. Esse é um limite que é criado na família, onde por intuição de querer proteger, acabam cometendo uma infração, o que prejudica de forma direta no quesito educação da criança e do adolescente.

Para isso, essa legislação também dispõe de diversas medidas, de forma que possa prevenir delitos, como também punir de forma socioeducativa, uma repreensão ou agressão, seja da física ou psicológica, como em alguns casos, a privação da liberdade pelo tempo máximo de 3 anos, sendo este um exemplo.

Conforme Sales, Matos e Lrai (2010), o ECA e a LDB apontam para a concepção de fomentar as políticas sociais voltadas para a infância e a juventude com a finalidade de mostrar meios para o desenvolvimento educacional e laboral, garantindo assim, estudo e trabalho para esse público para que possam estar voltados ao desenvolvimento de novas práticas, essas mais conscientes e mais críticas para o desvelar da realidade.

É perceptível que as políticas sociais que estão sendo criadas após a CF/88, possuem uma interrelacionalidade quando tratadas do mesmo público-alvo. Percebe-se isso através dos exemplos utilizados aqui, como o ECA e a LDB, que uma complementa a outra, sem ambas faltarem. Onde a primeira é voltada para a educação formal e a segunda na educação para o trabalho, isso favorece a efetivação dos direitos sociais das crianças, já que envolve vários segmentos que estão interligados, onde todos podem exercer sua função em busca de um só objetivo: a preservação do desenvolvimento das crianças em face a garantia dos seus direitos.

O documento mostra como o ECA tem relacionado a política educacional, no que diz respeito à responsabilidade da escola, dos pais/responsáveis e do próprio Estado, em relação à garantia do direito à escolarização básica para crianças e adolescentes. Além do envolvimento da escola e da família, foi a criação de instituições especializadas em educação e profissionais de serviço social e direito, constituindo uma equipe interdisciplinar para atuar resolver um dos grandes desafios da

educação: manter a criança e o adolescente na escola, criando, ainda, a possibilidade de socialização secundária, de formação e inserção para o exercício da cidadania. (IBRUM, p. 171).

É notória a importância do papel da família, da sociedade e do Estado no que se refere ao desenvolvimento da criança, já que envolve a política de educação, trazendo responsabilidade para a escola em ter um ensino de qualidade, aos pais em ajudar os filhos em suas dificuldades, bem como em garantir a permanência do mesmo no âmbito escola e ao Estado, em oferecer políticas públicas de forma que garanta seus direitos, onde isso envolve a escola com uma boa estrutura, professores capacitados para assegurar que ele possa ter uma educação básica de qualidade e de profissionais de Serviço Social para que possa haver uma equipe interdisciplinar.

Segundo Vieira, Fini e Abreu (2015), em todo o processo histórico que envolve a infância e a juventude foram muitas conquistas obtidas no que se refere à participação e o controle social. São elas:

A criação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, com atribuição de formular, deliberar e avaliar as políticas sociais para a infância e adolescência, os fundos da criança e do adolescente, com gestão dos Conselhos, os conselhos tutelares, criados para zelar pela efetivação dos direitos de constitucional dos direitos da criança e do adolescente mediante, há cada dois anos para conferir, avaliar e propor ações de implementação do ECA. (VIEIRA, FINI e ABREU, 2015, p. 12).

A criação e gestão dos conselhos têm papel preponderante nas políticas que envolvem a criança: o papel de fiscalizar tais políticas com o intuito de formular e avaliar as políticas sociais da infância e juventude, como também os Fundos da Criança e do Adolescente, a importância de passar as informações sobre os direitos através das Conferências.

Para Sales, Mattos e Leal (2010), é necessário entender a situação da infância e da adolescência como expressão da "questão social", já que tem conexão com os demais desafios sociais do país e o papel do conjunto de atores sociais vinculado à luta pela garantia de direitos, assegurando-lhe a centralidade e visibilidade devidas.

2.2. APRECIACÃO DAS BASES CONCEITUAIS E ESTRUTURAIS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO ÂMBITO DA SUA EXECUÇÃO

A começar de agora, será aqui abordado a apreciação das bases conceituais e estruturais do Programa Criança Feliz – PCF desde sua criação até a sua execução. Elencando autores que debatem essa temática para um maior entendimento em relação a pesquisa, tendo

como objetivo descrever as condições conceituais e suas legislações, bem como a execução do referido programa.

O PCF foi criado pelo Decreto nº 8.889, de 3 de outubro de 2016, com caráter interministerial e tendo em vista promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida (BRASIL, 2016A). O Decreto coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, o programa articula ações das políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, tendo como fundamento a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 – conhecida como Marco Legal da Primeira Infância. (BRASIL, 2016B). Mas o que é Primeira Infância?

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2017), a Primeira Infância é uma etapa do desenvolvimento humano marcada por importantes aquisições físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Fazem parte desta fase da vida crianças até os 72 meses de idade. Nesse período, a família é a principal mediadora da relação da criança com o mundo e a principal facilitadora dos processos de desenvolvimento. É também marcado pela inocuidade e vulnerabilidade da criança e por sua condição peculiar de dependência do ambiente e de cuidados de outras pessoas.

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (Brasil 2016).

Sendô assim, é perceptível que existem políticas públicas que garantem o desenvolvimento da criança e do adolescente, então qual a necessidade de se criar outra com o mesmo sentido? Será que sua função é realmente atender esta demanda de forma efetiva?

Para o MDSA (2017), o programa corrobora o enfrentamento da pobreza que é inerente do capitalismo, com redução de vulnerabilidades e desigualdades. Em contrapartida, potencializa a integração da pessoa à renda com inclusão em serviços e programas. O PCF tem como objetivos: Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desenvolvimento da função de cuidado, proteção de crianças em fase etária de até seis anos de idade; Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitam; Integrar, articular e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

Em relação ao público, o programa prioriza crianças e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social: Gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; Crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; Crianças de até 72 meses afastadas do convênio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no Art. 101, caput, inciso VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

Segundo o MDSA (2017), além desse público, faz parte também do PCF crianças com deficiência que são constantemente excluídas, sendo expostas a preconceito, vulnerabilidade e outros exemplos de expressões da Questão Social. A invisibilidade está na origem de muitas das privações enfrentadas por crianças com deficiência que perpetua essa condição. Em contrapartida, o acesso e a utilização dos serviços e de tecnologia de apoio permitem que a criança com deficiência ocupe o seu lugar na comunidade e dê sua contribuição a ela, sendo assim, vista pela sociedade como um cidadão detentor de direitos.

Conforme Almeida (2009), um dos motivos de excluir crianças com deficiência no programa, é pelo fato de entender que a exclusão social no Brasil é algo debatido há muito tempo, vem desde a época colonial até os dias atuais e que é de extrema importância para o sistema social bem como para a sociedade. Essa coerção social marcou negativamente o indivíduo que estava colocado em situação de desvantagem, nas diversas situações sociais, principalmente quando se trata a exclusão com a desertização da deficiência.

Para a organização e o funcionamento do programa, foi necessário desempenhar um papel para cada ente federativo. Mostrando assim, a função de cada um dentro meio de replicar a execução do programa. A distribuição das atribuições serve para organizar melhor as funções e efetivar o programa no território.

Assim, é de grande importância desvelar esse contexto para uma maior compreensão sobre o referido programa e que ocorre por meio da adesão do mesmo. Desse modo, aqui se reportam as atribuições por nível da federação e as competências de cada instância do PCF:

Figura 1: Papel da União, dos Estados e Distrito Federal e Municípios no PCF



Fonte: MDSA (2017).

Nessa figura mostra especificamente as funções de cada uma federado no qual se refere a execução do PCF, sendo notória a sua importância em mais a organização e o bom funcionamento do programa. O mesmo tem como foco:

Figura 2: Foco do PCF



Fonte: MDSA (2017).

Todas essas políticas participam do programa e são responsáveis por acompanhar as crianças e os adolescentes acolhidos, visando a sua proteção integral. Fazem parte delas os seguintes equipamentos: Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, Disque 100, sendo entre integrantes do Sistema de Garantia de Direitos e Direitos Humanos.

Em relação à saúde, têm as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Maternidades, centros de parto normal e Casa da Gestante, Bebê e Puérpera, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Centro Especializado em Reabilitação (CER), e Oficina Ortopédica.

Já no que se refere à assistência social, tem-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)¹, que é onde é executado o PCF, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidade de Assistência do SUAS, Programa BPC na Escola, Na Educação, a Educação Infantil que acolhe os alunos da creche a pré-escola e na Cultura, os Jogos de Cultura.

Além da importância dos equipamentos que fazem parte do programa, é necessário ressaltar o papel dos visitadores na articulação intersetorial, pois é através deles que serão feitos os planejamentos e a realização das visitas domiciliares, sendo acompanhados pelo supervisor. O fator profissional do supervisor é prestar apoio ao visitador, orientar e estimular reflexões acerca das famílias que foram atendidas, dentro outras atividades.

Em relação ao CRAS, de acordo com o MDSA (2017), o supervisor deve buscar: Viabilizar a realização de atividades em grupos com as famílias visitadas, articulando CRAS/UBS, sempre que possível, para o desenvolvimento destas ações; Articular encaminhamentos para inclusão das famílias nas respectivas políticas sociais que possam atender as demandas identificadas nas visitas domiciliares; Mobilizar os recursos da rede e da comunidade para apoiar o trabalho dos visitadores, o desenvolvimento das crianças e a atenção às demandas das famílias; Levantar situações complexas, lacunas e novas questões operacionais para debate no Grupo Técnico, sempre necessário para a melhoria da atenção às famílias.

Para o MDSA (2017), após as demandas identificadas e as respostas dadas pelos equipamentos responsáveis, contribuirá para o melhor desenvolvimento das visitas e da eficácia do que se propõe o programa, sem visar na mudança na vida dos indivíduos. Por essa razão é necessário que as políticas sociais existentes sejam eficazes, para ser possível garantir os direitos dos cidadãos.

É necessário elucidar que não é função do visitador dar respostas imediatas diante das demandas apresentadas. Isso envolve o gestor e executor do programa, dos equipamentos articulados e, como foi dito, das políticas públicas. Assim, a proposta é que identificando as

¹ O CRAS é uma unidade pública central articuladora da política de assistência social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos âmbitos de voluntariedade e ritmo social dos municípios e UF. Dada sua importância nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade responsável por garantir, se caracterizam como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade responsável por garantir o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social, no município e acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (MDSA, 2009, p. 10).

demandas durante as visitas, seja levado ao supervisor para a resolução do problema. O intuito é solucionar e não apenas arquivar as demandas.

Pues Sponati (2017), a fragilidade, intencional ou não, da normatização e do conteúdo do dispositivo legal sancionado não afiança, porém, as garantias legais instituídas para proteção integral à criança. A ausência de objetividade em explicitar as responsabilidades da gestão na aplicação de recursos orçamentários públicos obstaculiza o ensino da transparência da gestão pública na observância de padrões de probidade administrativa, necessários à gestão de uma atenção social em plenos e adequados padrões de cobertura. A omissão em revelar os resultados esperados, somada à não profissionalização dos agentes previstos para operá-los, causam profunda incerteza quanto à garantia de que direitos da criança, da família e da mulher sejam observados.

Dessa forma, levanta-se o questionamento: esse programa é realmente efetivo? Ter a uma criança feliz não garante que isso realmente aconteça, apesar de já existirem leis para que elas tenham a devida proteção do Estado. A falta de objetividade em explicitar a responsabilidade estatal com os recursos que estão sendo utilizados para o programa, causa dúvida quanto sua transparência daqueles que estão envolvidos em sua execução, sem contar a omissão em expor os resultados esperados daqueles profissionais que fazem parte do programa.

Trata-se da criação de um programa paralelo, em substituição aos serviços socioassistenciais, com retorno a um passado baseado na cultura de programas e projetos pontuais, fragmentados e segmentados, sendo especificamente voltado à primeira infância. Criança Feliz é aquela que vive em famílias protegidas. Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de o programa ter sua gestão no planejamento das famílias pobres, por parte de um princípio que as mesmas não sabem cuidar de seus filhos. No PAIF, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, executado pelo CRAF, as famílias que descumpram as condicionalidades da Bolsa Família ou recebem o IPC são acompanhadas de forma sistemática e participam de oficinas e atividades, baseadas em métodos e teorias das profissões regulamentadas, que buscam fortalecer e garantir proteção e criar ambiente para as famílias, na perspectiva da defesa e garantia dos direitos. (FRENTE MINEIRA DE DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2016, p. 2).

Assim, são perceptíveis a estrutura e o processo do PCF para sua atuação e quais os papéis de cada ente federativo, cada política pública no mesmo. Entretanto, é importante perceber se realmente vai trazer essas mudanças significativas para a vida do usuário. Pelo o que pode se perceber, é notório que o programa não traz efetividade na garantia dos direitos sociais, apenas um retrocesso, uma vez que traz de volta à tona o processo de

mercadorismo, filantropização, ou seja, a ajuda que é tão trabalhada pelos Assistentes Sociais como meio de vencer essas barreiras. Não é ajuda, é direito.

Para MDSA (2017), viabilizar pessoas que possam atender suas demandas e reduzir tensões e estresse decorrentes de suas próprias condições de vida constitui elemento importante para apoiar a construção de vínculos afetivos e de um ambiente acolhedor e responsivo às necessidades da criança. Este conjunto de ações favorecerá a fortalecimento de vínculos e a construção de um ambiente positivo para a promoção do desenvolvimento infantil.

De um modo incansável, procura-se que o Programa não seja qualquer intervenção à política de assistência social, seja construída sob um delineamento oficial incluído na Constituição de 1988. O Programa pode ser entendido como um recurso que se opera na política em desenvolvimento, propondo uma atuação focalizada, direcionada especificamente a um segmento do universo dos usuários da assistência social. (SANTOS, 2014, p. 5).

Apesar de o programa ter como princípio atender as famílias, nota-se que ainda não é suficiente por se tratar de garantir direitos dos quais já eram garantidos através de outras políticas públicas que envolvem a Seguridade Social. Ou seja, muito mais é do que outra política focalizada, tendo um público especificamente no universo da assistência social.

Segundo o MDSA (2017), os encaminhamentos das famílias e crianças atendidas nas visitas domiciliares para os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas inserem-se na lógica da complementaridade do trabalho social com as famílias. Nesse sentido, os usuários são encaminhados aos serviços ofertados pelo CRAS, por meio dos fluxos já estabelecidos no âmbito do SUAS. Por meio do CRAS e da supervisão deve-se superar encaminhamentos à rede das demais políticas, a partir de demandas identificadas nas visitas domiciliares.

Fica claro que o PCF trabalha com interseccionalidade com os equipamentos socioassistenciais, porém mais uma vez, é perceptível que as próprias já trabalham dessa forma, assim, sabendo-se que não seria necessária a criação de referido programa por não haver nenhuma novidade.

Com isso, percebe-se a transmutação de espaços de gestão social em situações individuais, muitas vezes entendidas como questões de âmbito privado de caráter familiar e que pode ser explicado pela atuação da direção técnica de acompanhamento familiar e que pode ser explicado pela atuação da direção técnica de acompanhamento familiar e que pode ser explicado pela atuação da direção técnica de acompanhamento familiar. Com isso, registra-se a possibilidade de reverter a abordagem de caráter disciplinar e de controle dos poderes, com reflexo de papéis tradicionais que apontam as desigualdades de gênero e as políticas de comportamento violações de direitos no contexto familiar. (SILVA, p. 4).

Assim, o que o programa pode acarretar é um abandono da direção teórica, o que pode levar a perda da compreensão da totalidade, trazendo o retorno do conservadorismo no que se refere às desigualdades de gênero e as políticas de comportamentos violadores de direitos no contexto familiar.

Segundo Santos (2016), o PCF, tende a reumatizar estratégias de intervenção social que, em certa medida, haviam sido ultrapassadas com a definição da Política de Assistência Social, o que se fez à custa de anos de luta e resistência, avançando no sentido de romper com os mигmas do assistencialismo e da filantropia.

Com esse programa, tendo-se ao invés de inovar a Assistência Social, faz com que seja intervenções ultrapassadas das quais se vem lutando a anos para se vencer isso. É o que é mais necessário neste momento é avançar na luta e efetivação dos direitos e não retroceder com políticas ou programas que o máximo que podem fazer é amenizar a situação da população. Ou seja, o governo tem que ter participação ativa enquanto a análise das políticas para que se verifique se as mesmas estão realmente cumprindo o seu dever e que todos saibam dos seus direitos e deveres. A cidadania é uma aspiração de gestores, trabalhadores, usuários e usuários comprometidos com a política pública de assistência social no Brasil.

Conforme MDSA (2017), o PCF também foi criado para reforçar a implementação do Marco Legal da Primeira Infância e promover, assim, o desenvolvimento integral das crianças uma fase da vida, fortalecendo as competências da família, para que elas fortaleçam as competências de suas crianças, buscando contribuir para a quebra do ciclo da pobreza, a redução da violência, a diminuição da evasão escolar, entre outros ganhos sociais.

Com esse Marco Legal foi possível promover o desenvolvimento das crianças, fortalecendo o vínculo familiar e através disso busca-se contribuir para a melhoria das condições de vida dos usuários e diminuir o índice de violência e a evasão escolar.

Diversas características da condição de vida em que as pessoas se encontram podem ser indicadores das vulnerabilidades ou dos agravamentos que atingem as famílias e as crianças de até 66 anos e que podem afetar os vínculos. Como fatores de agravamento da vulnerabilidade e do risco social, estão apontados para características individuais, familiares, sociais e do território, tais como: a pobreza, a violência doméstica e sexual, a negligência, o trabalho infantil, as deficiências e trajetórias de vida em risco, entre outras, associadas às dificuldades estruturais do território. (MDSA, 2016, p. 17).

Aqui, expressa-se a condição de vida dos usuários e de que forma isso afeta a família e o desenvolvimento das crianças. A vulnerabilidade atinge principalmente no vínculo familiar.

agravando o risco social como a pobreza, miséria, violência doméstica e sexual, trabalho infantil, deficiência, situação de rua, entre outros exemplos.

Todavia, no capítulo seguinte será abordado a análise da concepção dos assistentes sociais e visitadores diante da construção do PCF, com o propósito de esclarecer e atestar que o PCF é um retrocesso aos direitos sociais, ou seja, impacta de forma negativa tanto o indivíduo quanto a população.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS: AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS E DOS VISITADORES DIANTE DA CONSECUÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Este capítulo versa sobre a análise dos dados apreendidos através da pesquisa de campo aplicada aos visitantes e aos assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Brejo Santo-CE, acerca das diversas concepções dos profissionais diante da consecução do Programa Criança Feliz – PCF, diante dos teóricos que foram usados nos capítulos anteriores, o que resulta na compreensão obtida em relação ao PCF.

Deste modo, busca-se começar por meio da local da pesquisa, expondo suas características essenciais. Depois, apresenta-se o tratamento metodológico que foi utilizado, favorecendo a construção da pesquisa. Como último tópico deste capítulo será analisado os resultados apurados no transcorrer da coleta de dados, com o objetivo de entender as premissas preponderantes dos profissionais supracitados sobre as diversas concepções diante a consecução do PCF.

1.1 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESVELANDO A REALIDADE DO AMBIENTE PESQUISADO

Para haver o entendimento acerca do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Brejo Santo-CE é necessário aborcermos algumas informações sobre o referido equipamento, sendo que essas equiparções foram de extrema relevância para a construção da pesquisa. Dessa forma, iniciaremos por um breve resumo e suas respectivas atividades.

É importante ressaltar que a cidade de Brejo Santo-CE, sem como principal característica a grande infraestrutura na religião e cultura, que ambas são investigadas, uma vez que a principal evento cultural é a festa do Sagrado Coração de Jesus que une a maioria da população brejo-santense. Outra festa bem conhecida é a Expofrejo (feira municipal) que é tradição na cidade e traz pessoas de todo o Ceará para prestigiar-la.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (2009), o processo de implantação do CRAS deve ser compreendido como um conjunto de providências que deverão ser tomadas pelo órgão gestor municipal de assistência social ou consórcio, em vistas ao cumprimento das exigências de instalação dessa unidade pública em determinado território e à oferta de serviços de qualidade.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Conforme Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (2009), este equipamento deve localizar-se em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social. Todavia, a NOB/SUAS 2005 reconhece que diagnosticar a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social é uma tarefa complexa, em especial no que diz respeito à obtenção de informações sociais intraurbanas municipais, bem como informações de difícil quantificação ou sobre as quais não se dispõe de estatísticas nacionais, tais como situações de violência e abandono.

O CRAS é o principal equipamento que presta desenvolvimento de serviços socioassistenciais e busca fortalecer os vínculos familiares, reunir pessoas de acordo com a faixa etária, sendo divididas entre crianças, adolescentes, gestantes e idosos, para realização de grupos, onde previnem-se situações de vulnerabilidade ou violência social. Faz isso através da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Ele assume dois eixos do SUAS que são os de matricialmente sociofamiliar, que trabalha a família como o eixo da intervenção, e o outro é a territorialização, que é estudar o meio social. Ou seja, o território, para compreender a situação de vulnerabilidade. Além de realização de rodas de conversa com os usuários e atividades com os componentes do grupo de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Segundo o MDS, as principais funções do CRAS são:

Ofertar o serviço PAIF e outros serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica, para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, articulando e fortalecendo a rede de Proteção Social Básica local, prevenindo as situações de risco no seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantido direitos.

Em todos os CRAS é obrigatória a gestão da rede socioassistencial de proteção social básica do seu território e ofertar o Programa de Atenção Integral à Família-PAIF, que em 19 de maio de 2004 tornou-se ação continuada e obrigatória da Assistência Social, tendo objetivos fortalecer a função protetiva da família, prevenindo a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, promovendo as aquisições sociais e materiais da família e ampliando o acesso a benefícios, programas de transferências e serviços socioassistenciais, possibilitando acesso

nos demais serviços setoriais, como também dar apoio a famílias que possuem entre seus membros indivíduos que precisam de cuidados.

Os principais serviços oferecidos pelo CRAS são o Acolhimento Social, Atendimento Psicossocial, Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, Programa de Atenção Integral ao Idoso, Programa socioeducativo para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, Programa socioeducativo para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, Programas de Transferência de Renda para famílias ou pessoas de baixa renda: Bolsa Família, BPC - Benefício de Prestação Continuada para idosos e deficientes, Cursos e oficinas de artesanato, Serviço gratuito de solicitação de 2ª Via de Certidão de Nascimento, Casamento ou Óbito, para pessoas referenciadas nos CRAS, dentre outras atividades e que não tem chamado atenção dessas atividades foram os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos o qual trabalha diretamente com as famílias defendendo os direitos e buscando a emancipação de cada sujeito a partir de suas potencialidades.

O CRAS tem a missão de efetuar a proteção social básica as famílias de seu território, prevenindo a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários possibilita o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais por meio da proteção social estruturada pela política de assistência social. Oferece o PAIF, as famílias de modo que elas são acolhidas e acompanhadas, recebendo serviços socioeducativos, de convivência, e ações socioassistenciais que as encaminham para o acesso aos direitos sociais, e de modo, e status da cidadania.

No Centro de Referência de Assistência Social, o Assistente Social irá atuar diretamente com as demandas sociais passando a intervir a partir da sua criticidade e realidade apresentada no seu território através de seu papel profissional e mediante sua atuação no desenvolvimento no âmbito do Programa de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.

O PAIF é o principal Programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social SUAS. Possui como núcleo físico o CRAS, constituindo-se como espaço privilegiado para o acompanhamento das famílias e segmentos em situação de risco e de vulnerabilidade social, oferecendo apoio para o enfrentamento de suas dificuldades.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, buscam reunir as pessoas, nas suas respectivas faixas etárias, crianças e adolescentes ou idosos, para o desenvolvimento de ações em grupos visando a prevenção a situações de vulnerabilidade e fortalecimento de ações em grupos visando a prevenção a situações de vulnerabilidade e fortalecimento de vínculos com a família, constituindo-se em espaços de convivência e fortalecimento de vínculos com a

comunidade, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Contribuir também para o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fortalecendo seu protagonismo, desenvolvendo ações que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações. É um serviço de caráter preventivo, protetivo e promotor (TIPIFICAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009).

Por fim, salienta-se que, é essencial o CRAS, já que, trabalha diretamente com o público de vulnerabilidade social, atendendo as demandas que surgem para o equipamento, pois que se possa intervir na realidade dessa pessoa, posto que isso faz parte do Projeto Ético Político do Serviço Social, do qual o profissional deve criar meios e estratégias para atuar de forma crítica no que se refere as expressões da "Questão Social".

1.2 TRANSCURSO METODOLÓGICO: ROTEIRO UTILIZADO PARA A ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O transcurso metodológico se refere ao roteiro utilizado para a organização da pesquisa, de forma que aqui será explanada a metodologia como o meio percorrido para a possibilidade de construir esta monografia.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser imediatamente relacionada ao problema. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. (GIL: 2009, p. 17).

Apresenta-se a definição da pesquisa para um maior entendimento acerca do roteiro utilizado para a organização da pesquisa, usando um procedimento racional e sistemático para obter respostas aos problemas propostos. A pesquisa se desenvolve através de um processo que envolve várias fases, desde a problemática até os resultados.

Para Cruz e Ribeiro (2004), a palavra monografia significa um estudo por escrito de um só tema, sendo este bem delimitado e estudado exaustivamente. De modo geral, a monografia deve apresentar como característica a originalidade, não no sentido de novidade ou singularidade, mas no sentido de tratar um tema atual ou relevante que mereça ser investigado cientificamente.

Dessa forma, a pesquisa adotada, qualifica-se como monografia, a qual traz como base uma pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica e de campo, tendo como abordagem inicial a observação participante e o questionário para uma maior facilidade na aplicação da pesquisa.

Em relação à natureza bibliográfica, utiliza-se de acordo com o objetivo de proporcionar um maior entendimento sobre o assunto estudado, e para que isso seja possível, usam-se artigos, sites, livros e monografias que discutem a temática abordada, para se obter um aprofundamento acerca do tema pesquisado. Ao empregar a característica descritiva, possibilita a descrição da conjuntura histórica, para assim compreender o objeto de estudo, o qual se expõe o Programa Criança Feliz no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social de Brejo Santo-CE.

Conforme Gil (2007), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. É de suma importância para a construção do arcabouço teórico do projeto, bem como para a sua compreensão através do diálogo de ideias.

Explica-se que a pesquisa bibliográfica esclarece um problema a partir de informações publicadas em livros, por exemplo. Pode ser usada nas diversas características da pesquisa, fazendo analisar as contribuições sobre os assuntos pesquisados.

De acordo com Chizzotti (2006), a pesquisa qualitativa é uma designação que abrange diversos tipos de pesquisas muito diferentes. Parte de alguns pressupostos contrários ao modelo experimental como também, no que se refere aos métodos e técnicas adotados.

O motivo da escolha dessa abordagem é que a mesma aprofunda as ideias no que diz respeito ao tema, trazendo relevância para os leitores. Expõe a parte subjetiva de forma clara, expondo os pensamentos, para assim, obter-se a interpretação de cada um sobre a temática.

Os métodos de campo (exploratória), também pode proporcionar um vasto de busca, quando o pesquisador está pesquisando o estudo de determinado tema [...]. Tendo alguns ideias sobre o tema, está preocupado em não deixar de fora alguns aspectos importantes que possam contribuir para a explicação do problema (RICHARDSON 2014, p. 146).

É a partir da pesquisa exploratória que proporciona a base por onde se começa, já que se pode utilizar a começar do estado sobre o tema, levando em consideração aspectos relevantes, contribuindo para a explicação do problema.

Para Richardson (2014), a descrição é uma etapa amostral que proporciona um meio para descrever as distribuições. A distribuição das características de uma amostra, apropriadamente escolhida, pode ser medida e utilizada para inferir as características da população qual foi extraída a amostra. Frequentemente, o pesquisador descreve subamostras e suas comparações entre elas. Deve-se ter em consideração que não se pretende explicar as diferenças, mas descrevê-las.

É dizer com riqueza de detalhes o que é a distribuição que está sendo citada, é trazer a maior quantidade de particularidades para que o leitor possa entender o que o autor quer passar com o que está escrito.

Já em relação à pesquisa explicativa:

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar as causas que determinam as que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Essa é a tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica o porquê, o porque das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. Pode-se dizer que o conhecimento científico está associado aos resultados obtidos pelas pesquisas explicativas. (GIL, 2000, p. 42).

Nesse ponto, é perceptível que o autor traz o conceito da pesquisa explicativa que tem como preocupação em identificar os fatores que determinam a ocorrência dos fenômenos. É a pesquisa que mais se aprofunda com o conhecimento das fatos. Por isso, é bastante complexa porque aumenta os riscos de cometer erros.

Dessa forma, é notório que a uma ligação entre os tipos de pesquisas citados acima, tal como se complementam, para que se possa realizar a pesquisa com efetividade, atingindo os objetivos que foram dispostos.

Assim, foi escolhida em usar as pesquisas mostradas acima como meio de ter efetividade, a maior proximidade com os pontos abordados, desfrutando de autores que trabalham com o tema, com o intuito de responder à pergunta que norteia a pesquisa.

A análise e interpretação dos dados a respeito a fala dos entrevistados, refere-se as diversas concepções dos assistentes sociais e dos visitantes diante da concepção do Programa Criança Feliz, sendo feita com base na Teoria Social de Karl Marx. Dessa modo, referindo-se ao método materialista histórico dialético, entende-se que:

O materialismo dialético pode, pois, ser entendido com um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios:

a) *A unidade dos opostos*: Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organizados em um todo e constituem a indissociável unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas em estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.

b) *Quantidade e qualidade*: Quantidade e qualidade são características inerentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e sua transformação ocorre-se por saltos.

c) *Negação da negação*: A mudança leva o que é mudado e o mudado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes.

A dialética fornece as bases para uma interpretação dialética e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser analisados quando considerados isoladamente, abstratos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p. 31 e 32).

Através do método de Marx, é que é possível ter entendimento acerca da realidade social, ou seja, a dialética, onde estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando pensados isolados, sem considerar as influências políticas, sociais, econômicas e culturais.

Dessa forma, a pesquisa busca apreender os fenômenos que ocorrem na realidade dos sujeitos e, para isso ser possível, é importante utilizar a pesquisa de campo para compreender a prática. Para Cruz e Ribeiro (2005), a pesquisa de campo consiste na observação direta de um objeto de interesse do pesquisador. Envolve técnicas de coleta de dados e apresentação de dados de uma discussão qualitativa dos resultados.

Posteriormente, o local da pesquisa é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Brejo Santo-CE, o qual trabalha com serviços ofertados da área social com o objetivo de responder às demandas postas pelo Estado.

Em conformidade com Chizzotti (2006), o questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencial dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar das informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes sabem opinar e informar.

Desse modo, cria-se um questionário para ter um aprofundamento no estudo com um pouco de facilidade por dar uma comodidade aos entrevistados, além de explorar o assunto tratado na pesquisa, podendo-se obter novas levantamentos através do debate entre entrevistador e entrevistado.

Segundo Gil (2007), a observação participante, consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo.

Desta maneira, a pesquisa foi feita por fases, sendo que para começar foram realizadas observações no campo de estágio, para perceber a presença do objeto de estudo, depois, produziu-se a revisão bibliográfica para compreender a adesão do Programa Criança Feliz no referido equipamento em meio a desconstrução dos direitos trabalhistas, e por fim, a pesquisa de campo, onde foi possível identificar a aderência do PCF por meio da ótica dos profissionais do CRAS Brejo Santo-CE.

Nesse sentido, o período da pesquisa foi de um ano, sendo feita observações através do Estágio Supervisionado I, no primeiro semestre de 2017 e o Estágio Supervisionado II, no segundo semestre de 2017, essencialmente com a elaboração do projeto de pesquisa, até dar na construção da referida monografia em meados do primeiro semestre de 2018. A coleta de dados foi realizada durante os meses de fevereiro e março de 2018. Deu-se por meio da ociosidade dos profissionais em responder as perguntas do questionário sobre o tema abordado, onde todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Optando por trabalhar as Assistentes Sociais e visitadores dos CRAS de Brejo Santo-CE que são em 11 profissionais, no período da manhã e da tarde, porém, foram entrevistados apenas 8 deles, correspondendo a 72,72% do universo da pesquisa.

É imprescindível explicar, que no início do questionário foi explicado aos entrevistados a que era referente à pesquisa e que a mesma atava com o mencionado trabalho. Desse modo, foi dito aos profissionais o que se pretende conseguir com a realização da coleta de dados. É válido destacar, que os mesmos autorizaram mostrar suas falas na parte seguinte da pesquisa, onde foi garantido o anonimato, em que todas as respostas serão referenciadas pela sua função seguida por números, portanto, serão apresentadas da seguinte forma: Assistente Social 1, 2, 3 e 4, visitador 1, 2, 3, e 4.

Para Nascimento (2016), é importante manter o compromisso com o Código de Ética Profissional referenciada pela Lei de regulamentação da profissão, sendo esta responsável por legitimar os aspectos éticos das pesquisas das quais tratam de pessoas e valores sociais. É relevante também explicar que na análise dos dados foi usado a fala dos entrevistados.

Realizada a coleta de dados, as respostas foram analisadas e interpretadas, constituída na fala dos entrevistados, servindo como suporte para propulsar a organização concreta relacionada ao objeto de estudo aqui pesquisado. Por conseguinte, serão mostrados os resultados encontrados na pesquisa de campo e as observações pertinentes ao conteúdo que foi exposto anteriormente como aporte da análise.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: APREENHENDO A REALIDADE PESQUISADA

A finalidade deste tópico é analisar a compreensão dos assistentes sociais e dos visitadores do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Brejo Santo-CE acerca da adesão do Programa Criança Feliz – PCF. Para que isso seja realizado, foram interpretadas as respostas dos entrevistados, sendo aqui mostradas e analisadas.

As perguntas que nortearam o questionário foram realizadas com o intuito de entender a percepção dos profissionais acerca da adesão do PCF no âmbito do CRAS, e como vem a desconstrução dos direitos trabalhistas nos espaços de trabalho.

É válido destacar, que o questionário aplicado nessa pesquisa, foi realizado por meio de perguntas acerca da adesão do referido programa, de forma que, apenas os profissionais envolvidos responderam às perguntas. Dessa forma, as questões mostraram a visão dos assistentes sociais e dos visitadores sobre o tema abordado.

Assim, a partir de agora, é importante ressaltar as acepções inerentes a ética dos profissionais citadas acima. Desse modo, a primeira pergunta consistiu em saber o gênero dos profissionais, da qual a pesquisa investigou que 100% dos entrevistados são do gênero feminino.

No Serviço Social tem-se um contingente profissional proveniente de segmentos sociais privilegiados, com um alto índice de escolaridade: uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres. A condição feminina é um dos eixos da identidade dessa profissão, e que não impede desconstruir o contingente masculino de assistentes sociais, com representação minoritariamente relevante no conjunto da categoria profissional no país. Com tal perfil, o assistente social observa tanto a situação social da mulher, quanto as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho como consequência da reprodução e renovação em relação aos homens, de níveis de formação em relação às exigências tecnológicas, maior índice de desemprego, existência de funções menos qualificadas etc. Se a situação social predominantemente da profissão é indissociável de certas concepções socialmente construídas sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que convive com vigor no contexto do último período ditatorial, em paralelo com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país. (IAMAMOTO, 2013, p. 104 e 105).

Precisa-se que, apesar das lutas contra o conservadorismo e da renovação da profissão, ainda permanece a visão de que o Serviço Social é voltado ao trabalho de mulheres para mulheres, que não característicos de assistencialismo que ocorria na época das obras de caridade, onde se tinha a ideia de ajuda e não reconhecimento dos direitos sociais.

Em relação à estereótipos de homens na profissão, é importante relacionar a outro problema social: o machismo e o preconceito. Por se tratar de a maioria das profissões serem do gênero feminino, os homens têm vergonha de admitir na mesma, pelo fato de ter a possibilidade de as pessoas ferirem sua masculinidade através de piadas, por exemplo. Como se ter determinada profissão definisse sua orientação sexual.

Em contrapartida, a partir dessa percepção, é possível verificar que os mesmos possuem uma visão mais acerca da compreensão da realidade, já que se percebe que o meio social interfere em opiniões pessoais. Por outro lado, as mulheres tomam essa posição como pretexto para dar início aos movimentos feministas, de forma que, acaba favorecendo ao preconceito e o machismo.

Dessa forma, é perceptível que homens e mulheres contribuem para uma visão fatalista, onde se não cuidarmos dessa situação de forma rígida, pode trazer mais traços de conservadorismo. Os homens levam em consideração sentimentos como orgulho, o não reconhecimento acerca da realidade, como também como um sujeito que precisa de amparo. Deste modo, se sujeitam a fazer coisas que não querem simplesmente pelo fato da sociedade julgar.

Em relação à sociedade, essa tem papel ativo no que se refere a essas características: preconceito e machismo, uma vez que, é a partir dela que acontece o julgamento social, mesmo sem ter a compreensão acerca da totalidade das situações. Um exemplo disso é a cultura, o meio social em que vivemos traz traços extremamente machistas e ditatoriais e é justamente onde se criam os meios para tratar dos costumes e do dia a dia da população, que se modifica de acordo com os seus locais e suas determinadas culturas. Por isso, é de extrema importância saber lidar com essas situações, através de informações, conhecimento crítico acerca da realidade, consciência acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, exercer sua cidadania para que a partir da individualidade se possa chegar a uma sociedade igualitária e sem preconceitos, para que se possa conviver com pessoas que entendam e respeitem a opinião do povo, para que os mesmos possam exercer suas funções de acordo com o que elas querem sem precisar sentir vergonha ou medo do que os outros vão pensar.

Construir uma sociedade que possa haver de fato a liberdade de expressão, o respeito, a convivência social harmoniosa, esta que se encontra em dificuldade em meio aos tempos modernos, que possuem essas características, se tem a ideia de justiça, por isso a importância em lidar com a construção da dignidade humana nesse tempo.

Em relação ao questionário aplicado com os profissionais, é importante caracterizar a idade dos mesmos, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 1: ESPECIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

CATEGORIA	PROFISSIONAIS	PORCENTAGEM
Entre 23 a 25 anos	2	25%
Entre 26 a 28 anos	2	25%
Entre 30 a 32 anos	2	25%
Acima de 33 anos	2	25%
Total	8	100%

Fonte: Priscila, (2018).

Interpretando a tabela, verifica-se que os profissionais dos CRAS, apresentam uma igualdade nas idades entre 23 a 25 anos, entre 26 a 28 anos, entre 30 a 32 anos e acima de 33 anos, representando a 25% em cada categoria da pesquisa.

O trabalho é uma atividade humana exercida por sujeitos de valores. É importante que se pense o trabalho como trabalho, atuando imediatamente em uma ou várias das dimensões que trabalham, criam, produzem da herança cultural, de uma bagagem técnica e técnica, de valores ético-políticos, etc. alguns traços, aparentemente dispersos, organizam o perfil social e histórico do movimento social [...]. (JAMAMOTO, 2008, p. 64).

Observa-se que o trabalho é de suma importância ao ser humano, uma vez que é a partir deste que passa a ser a venda da força de trabalho pela necessidade individual e que envolve prática e técnica e principalmente, o valor de cidadão, a cultura e a ética, onde esses pontos ajudam a organizar o perfil social do profissional.

É perceptível que o trabalho está presente nas diversas idades e que para ser um profissional não depende de idade e sim de sua capacidade para exercer sua função. Os jovens ingressam no mercado de trabalho para executar tarefas das quais ficam portas para eles, onde eles têm maior facilidade de aprender, como também possuem ter uma maior agilidade. Em contrapartida, os mais velhos, pode não ter uma rapidez em seus movimentos ou em resolução de demandas pontuais, mas possuem experiências profissionais e isso facilita na eficiência do seu trabalho. Ou seja, o importante é que o trabalhador seja ativo e que aja de acordo com o sentimento. Ou seja, o importante é que o trabalhador seja ativo e que aja de acordo com o sentimento. Ou seja, o importante é que o trabalhador seja ativo e que aja de acordo com o sentimento.

Para que haja a competência crítica dos profissionais para a realidade social, é notório que o mesmo tenha uma qualificação e uma percepção que envolva esse tipo de olhar. Dessa

lenta, pode-se estar em uma visão domiciliar, por exemplo, o mais em que o usuário sobrevive mais em que faz relação direta com sua condição de vida.

Desse modo, é necessário indagar sobre a formação acadêmica dos visitantes, uma vez que, como não precisam necessariamente ser assistentes sociais ou até mesmo, não terem feito nenhuma graduação. Assim, a formação acadêmica, será representada pela tabela a seguir:

TABELA 2: ESPECIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS SEGUNDO A FORMAÇÃO ACADÊMICA

CATEGORIA	VISITADORES	PORCENTAGEM
ENSINO MÉDIO COMPLETO	1	25%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO (BIOQUÍMICA)	1	25%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO (SERVIÇO SOCIAL)	1	25%
EM BRANCO	1	25%
TOTAL	4	100%

Fonte: Primitivo, (2018).

Observando a tabela, verifica-se que os visitantes dos CRAS, apresentam uma igualdade em suas divergentes respostas, cada um profissional que tem o ensino médio completo, ensino superior completo com graduação em Bioquímica, outro em Serviço Social e o que informou ter ensino superior e pós-graduação, mas não quis relatar qual o curso, correspondendo à categoria em branco. Assim, cada elemento relatado na categoria, representa 25% da indagação da pesquisa.

A gestão da pessoa no ambiente organizacional tem-se tornado objeto de estudo e de atuação política cada vez mais desafiante. Entendemos como a globalização, a terceirização, os novos modelos de gestão, os avanços tecnológicos, a criação de novas organizações e a automação têm provocado significativas mudanças para as organizações e para o trabalho e exigido qualificação constante dos profissionais. Diante desse cenário, as pessoas competentes tornam-se ainda mais o interesse as organizações como diferencial de desempenho e como fator de sobrevivência das organizações. Expressões como *diferencial humano*, *capital intelectual* e *organizações*. Expressões como *diferencial humano* e *capital intelectual* e *organizações* marcam a importância de talentos humanos que as pessoas têm sido vistas como fundamentais no processo de desenvolvimento e de sustentabilidade das organizações. (MOLIBÁVI, 2009, p. 138).

Observa-se aqui a importância da qualificação profissional para o mercado de trabalho, já que a cada dia se torna mais desafiante e competitivo. As mudanças no trabalho acontecem em modificações na formação e no fazer profissional dos profissionais. O mercado hoje em dia busca por trabalhadores capacitados para exercer as diversas funções e que acima de tudo seja polivalente.

Desse modo, é válido destacar o interesse da sociedade na educação, já que é através dela que poderá se tornar um profissional. Esse dado é bastante perceptível no Programa Criança Feliz, onde envolve profissionais com nível superior e médio para executar as ações do programa.

Além de envolver o interesse particular do indivíduo para os estudos, é necessário apontar a relação da educação com a cultura e com a sociedade. Uma cultura baseada na educação é essencial, pode-se obter uma sociedade democrática, com harmonia e respeito. É dessa forma, que devem ser tratados as pessoas, sejam elas assistidas dos programas sociais ou um cidadão comum.

É através das divergências entre idade e qualificação profissional que envolve a prática dos trabalhadores no mercado de trabalho, seja ele em setor privado ou público. É haver o trabalho em equipe independente de sua função para que os objetivos profissionais, sejam eles individuais ou coletivos, possam ser efetivados para garantir o direito de todos.

É substancial, mostrar a compreensão dos visitantes acerca do PCF, no que se refere a sua percepção. Dessa forma, através da pesquisa, foi verificado que 100% dos visitantes não possuem uma visão crítica acerca do referido programa, mesmo aquelas que são graduadas em Serviço Social. Portanto, percebe-se que as respostas foram mais, baseadas no senso comum, o que demonstra falta de conhecimento sobre a temática, mesmo sendo vista em sua teoria e prática. Sendo esta, um ponto negativo para o programa, já que sua avaliação é feita por o mínimo discernimento possível. Em relação à justificativa, as respostas dos visitantes serão pontos para uma maior compreensão da leitura sobre a percepção destes profissionais sobre o programa.

É um programa que ajuda famílias, fortalecendo vínculos. (VISITADOR 1)

É um projeto de grande importância para o desenvolvimento da criança na primeira infância. (VISITADOR 2)

Para mim, o programa é muito importante, pois acompanhamos crianças e gestantes. (VISITADOR 3)

O Programa Criança Feliz é um projeto humanitário interessante, pois promove um desenvolvimento na primeira infância para o crescimento saudável. (VISITADOR, 4).

Essas afirmativas estão coerentes com a questão relacionada a percepção dos visitantes acerca do PCF, onde as mesmas configuram-se como uma sequência de posicionamentos a favor do PCF, mesmo sendo perceptível o pouco conhecimento sobre o referido programa.

Refuta-se possíveis críticas a deliberação do Conselho, que poderia ser apontado como incoerente ou inausuário por retirar recursos financeiros num contexto de grave crise econômica do Estado. Todavia, tais críticas podem ser refutadas pelo próprio Decreto de Calamidade Financeira do Estado de Minas Gerais que aponta para a necessidade de adoção de medidas de modo a não comprometer ainda mais o orçamento do Estado, uma vez que a inclusão no Programa implicaria para a Assistência Social aporte recursos estaduais em caráter complementar ao financiamento federal. (CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS, 2017, p. 45).

Através desse ponto, percebe-se que nem todos os Estados fizeram adesão ao programa, uma vez que, o próprio CFESS/CRESS não conta no programa por não trazer nada de novo para a assistência social, bem como para a efetividade dos direitos sociais. Pelo contrário, é um retrocesso para as políticas sociais, onde se retira o financiamento do SUAS para se investir no programa, sendo um gasto a mais para os municípios.

É nesse aspecto que apesar de todas as críticas relacionadas ao programa, cabe ao município aderir ou não. Em Belo Horizonte/MG, a não adesão do programa é pelo momento de calamidade financeira que o próprio estado se encontra, sendo assim, o programa poderia comprometer ainda mais o orçamento do Estado, já que, aderir, aporcaria recursos estaduais em caráter complementar ao financiamento federal.

Em relação a fala dos entrevistados, afirmam que o programa é de suma importância para a primeira infância, mas não contemplam nenhuma justificativa, seja ela embasada ou não. Ou seja, compreende-se que os mesmos não possuem conhecimentos profundos acerca do programa, mesmo que para se dar início a esse trabalho, tenha sido palestras e capacitações.

Como foi dito no capítulo anterior, o PCF nasce da discussão da importância do desenvolvimento da primeira infância em meio à sociedade, sendo está imprescindível para a melhoria na qualidade de vida das pessoas que se encontram em vulnerabilidade social. Assim, o intuito do programa é cuidar desse desenvolvimento inicial da criança para que no

futuro ela possa ser um cidadão de bem, capacitado e qualificado no mercado de trabalho, onde possa construir e cuidar da família com boas condições.

Este aspecto está diretamente ligado de que o Estado está voltado a responsabilização do sujeito, onde cada pessoa tem o livre arbítrio e por isso é sua culpa pela condição da qual se encontra. Dessa forma, cada um deve buscar meios para sair dessa condição. Tratando da criança, é mais fácil de manipulá-la e principalmente marcá-la como a burguesia quer. Alienada e apta ao mercado de trabalho para gerar a riqueza, sem reclamar das péssimas condições de trabalho.

Deve-se trabalhar mudanças no pensamento social, pois é através dele que a população passa a reconhecer a manipulação e deixa de ser alienada. O Assistent Social lida diariamente com tal trabalho, uma vez que, tem a compreensão acerca da totalidade. É uma prática árdua, já que envolve uma sociedade com pensamento conservador enraizado, advindos da cultura, da tradição e dos costumes.

O sistema capitalista influencia de forma direta no setor profissional, já que, leva tanto a sociedade quanto os profissionais a lidarem com políticas públicas paliativas e com péssimas condições de trabalho, são exemplos disso, os espaços sócioocupacionais sacudados, poucos instrumentos para a realização do trabalho, sem contar a burocracia.

Outra pergunta presente no questionário aos visitantes foi sobre quais são as ações do PCF. Assim, as respostas foram:

Fortalecimento de vínculos entre a família, acompanhamento no desenvolvimento da criança e dos gestantes. (VISITADOR 1).

Acompanhar o desenvolvimento das crianças e gestantes. Fortalecimento de vínculos entre a família. (VISITADOR 2).

Visitas domiciliares, fortalecimento de vínculos, desenvolvimento físico, intelectual e social. (VISITADOR 3).

Visitas domiciliares, fortalecimento de vínculos, desenvolvimento físico, intelectual e social. (VISITADOR 4).

Evidencia-se novamente, a falta de conhecimento desses pesquisadores, que remetem as ações do PCF somente como atividades realizadas pelo CRAS e não pelo referido programa. Em contrapartida, outros já demonstram ter o conhecimento básico acerca das ações, onde citam de forma explícita tais atividades, mas não adentram no contexto da realidade social, sendo perceptível a falta do conhecimento crítico e profundo em relação à essa prática profissional. Desse modo, faz pertinente que:

As pessoas nascem e se desenvolvem num sistema político-econômico e social pré-estabelecido, onde são criadas normas a fim de aguçar a competitividade, o individualismo e o egoísmo, e consequentemente a tendência é que se tornem indiferentes, submissas, alienadas, além de agirem com naturalidade frente às injustiças que nos cercam a sociedade. A educação tradicional, tanto a passada de pais para filhos, quanto a educação das escolas, não instiga o questionamento, os conflitos, sempre que a criança faz perguntas, mas são "podadas" e a mesma é tocada de "vibata", impunha-se os desmandadamente curtos, como se a curiosidade fosse prejudicial ao desenvolvimento humano. Até mesmo entre os colegas, o questionamento é sinalizado de barrido e não cabe a participação. (OLIVEIRA, 2003, p. 23).

Com base na citação acima, compreende-se que as pessoas já nascem e crescem num sistema social que já é pré-estabelecido e que envolve política, economia, cultura e costumes. Como o sistema vigente é o capitalista, a sociedade é criada de forma competitiva, onde cada um só olha para si, se tornando egoístas. Devido a isso, se tornam indiferentes e alienadas, sem enxergar os problemas sociais de forma crítica.

No que se refere a educação, essa forma de pensamento é passada de pais para filhos, os professores do âmbito escolar, não despertam o questionamento, a curiosidade nos alunos, e quando os mesmos a fazem, recebem como resposta, insignificante, levada por um lado negativo, fazendo a criança crer que a curiosidade é ruim ao ser humana.

A cultura tem um papel preponderante na forma de pensar da sociedade, já que esta é condicionada por costumes que são enraizados no conservadorismo que é vasto no capitalismo, pois forma uma população alienada, sem conhecimento e criticidade, sendo assim, mais fácil de manipular e ir a favor dos seus próprios objetivos que é obter lucro através da exploração.

Apesar de ser importante reconhecer o papel das influências a forma da qual se condiciona a sociedade, é necessário a população em si, se reconhecer enquanto classe, entender o contexto social do qual vive para que se possa haver a transformação social do indivíduo e através disso, seja possível mudar o pensamento das pessoas de forma geral e que seja perpassado de geração a geração.

Quando questionados sobre a percepção acerca da realidade social apresentada no PCF, foram obtidas as seguintes respostas:

Hoje no Brasil as políticas públicas evoluíram muito, mas tem muita coisa a ser feita e para ser resolvida. (VISITADOR 1).

As coisas já evoluíram bastante, mas ainda vivemos uma realidade social muito ruim. (VISITADOR 2).

No Brasil, houve um grande desenvolvimento, mas infelizmente, existem muitas situações de vulnerabilidade e desigualdade social. (VISITADOR 3).

Hoje no Brasil, as políticas públicas evoluíram muito, mas não muita coisa a ser feita e para ser inventada. (VISITADOR 4).

É perceptível que ambas reconhecem a evolução acerca das políticas públicas no Brasil, como também as frequências que a mesma apresenta em sua prática, porém, não deixam claro em que as políticas precisam melhorar e não traz justificativa para tal resposta, o que deixa a desejar no ponto de criticidade na compreensão da totalidade, já que, a pergunta se refere diretamente a esse aspecto.

Através das respostas é visto que as possíveis frequências citadas nas falas vêm desde a formação que não possa ter dado de fato o incentivo necessário para essa compreensão, como também, o interesse e o conhecimento do profissional em sua realização de tarefas das quais foram destinadas, sabendo aqui relembrar, que alguns dos visitantes não possuem ensino superior, sendo um ponto a ser questionado, já que, para se atender tais demandas deveriam ter conhecimento sobre a temática para ser possível a efetivação do demanda.

O programa traz capacitações sobre o significado, objetivo, funções, demandas, conhecimento básico sobre o Serviço Social, porém, de forma breve. Com base nas respostas, é notório que ter conhecimento básico acerca da complexidade do PCF não é suficiente, exige estudos, experiências e formação.

Analisar a profissão e as demandas do projeto profissional na esfera estatal requer apreensão da dinâmica sócio histórica, que configura o campo em que se desenvolve o exercício profissional e problematizar as respostas profissionais – técnicas, técnicas e ético-políticas – que possibilita a sistematização do conhecimento e saberes acumulados frente às demandas sociais dirigidas ao Serviço Social. (RACHELLE, 2009, p. 378).

Aqui, mostra bem a discussão acerca da importância profissional em relação a sua prática. Exige a apreensão da dinâmica sócio histórica para ter a possibilidade de desenvolver o exercício e problematizar as respostas, o que envolve a teoria, a técnica e a ética, formando um conjunto de saberes que se acumulam para atender as demandas postas e que necessitam de um conhecimento profundo que não é suficiente com capacitações ou palestras básicas.

Para haver um contraponto entre as respostas, foi necessário aplicar duas questionários: um para os visitantes que mostraram seus respectivos conhecimentos sobre o programa e outro para as Assistentes Sociais, onde vão relatar a forma da qual o Serviço Social age na rotina para as Assistentes Sociais, onde vão relatar a forma da qual o Serviço Social age na rotina para as Assistentes Sociais, onde vão relatar a forma da qual o Serviço Social age na rotina para as Assistentes Sociais. Desse modo, a primeira indagação consiste em relatar quais as mudanças práticas do PCF. Desse modo, a primeira indagação consiste em relatar quais as mudanças práticas do PCF. Desse modo, a primeira indagação consiste em relatar quais as mudanças práticas do PCF. Concretas na vida do usuário após serem atendidos pelo programa, optando em analisar a melhor e a pior resposta.

Com apoio, atendimento e acompanhamento adequado que o programa oferece, os usuários sentem-se valorizados, apoiados e acolhidos, sendo fortalecido o cuidado e o vínculo para com eles. (ASSISTENTE SOCIAL 1).

O programa promove um momento de acompanhamento para as famílias beneficiadas pela Bolsa Família, oferecendo informações sobre os cuidados com a infância, proporcionando um desenvolvimento integral às crianças, principalmente relacionado à alimentação saudável e orientações para as gestantes. (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Através das falas é perceptível que as Assistentes Sociais possuem um conhecimento crítico maior do que em relação aos visitadores, visto que, mesmo na resposta mais simples, há resulta em objetividade daquilo que foi perguntado. Assim, fica clara a importância do ser técnico da graduação e da percepção da compreensão da totalidade.

A informalidade traz mais um traço negativo ao sistema que é o fato de que ao não contribuírem com o Estado através de impostos, esse fica enfraquecido e com menos poder financeiro para manter as políticas sociais que, por sua vez, podem deixar de cumprir seu papel fortalecido assim um chamado círculo vicioso, pois as pessoas que necessitariam ser auxiliadas e não o são têm grandes chances de não contribuírem no futuro. Uma pessoa que trabalha, seja de maneira informal ou formal tem a possibilidade de se apropriar, de parte da produção social, ou seja, parte daquilo que o conjunto de trabalhadores produz. Esta apropriação será menor ou maior de acordo com o salário ou patão, no caso da informalidade, que o trabalhador conseguir não a obter. Mesmo sabendo que o trabalhador não ganha o justo por seu trabalho, pois é dele que é estratificada a mão-obra que, garante a vida sem trabalho ao burguês, fato por si só é a situação daqueles que não tem trabalho. (MEIRA, 2008, p. 27).

Expressa-se que a informalidade traz um aspecto negativo em relação ao enfraquecimento e financiamento para manter as políticas sociais que são tão importantes para o desenvolvimento da sociedade menos favorecida, o que pode acarretar em um ciclo vicioso já que as pessoas podem não contribuir para o futuro.

É relevante destacar que mesmo sendo um trabalho informal, o indivíduo que trabalha, pode se apropriar da produção social que lhe foi concedida e que envolve uma porção de trabalhadores que contribuem para a realização das atividades. O salário pode interferir nessa apropriação, uma vez que, este aspecto é um estímulo importante para os colaboradores que exercem a função, seja trabalho formal ou informal.

Posteriormente, foi abordado em relação ao PCF e o Serviço Social, se o profissional acredita que ele traz impactos para a atuação do assistente social. E quando a resposta fosse afirmativa, pediu-se para ser explicado de que forma isso seria possível. Dessa forma, todas as respostas foram afirmativas, tendo-se as seguintes justificativas:

Caso muitas famílias não tem conhecimento sobre os seus direitos ao serem acompanhadas pelo programa são informadas e orientadas sobre os mesmos. (ASSISTENTE SOCIAL, 1).

No sentido de as famílias serem incluídas sobre seus direitos. Nisso, o programa vem informar para que tenham conhecimento e possam ter a garantia dos seus direitos. (ASSISTENTE SOCIAL, 2).

Tam impactos, sim. Pois, muitas famílias não sabem dos seus direitos e ao serem acompanhadas pelo programa, podem ser observadas, orientadas e informadas sobre os mesmos. (ASSISTENTE SOCIAL, 3).

Tam impactos, sim. Pois, o programa vem atuar, junto a prática do Assistente Social ampliando o conhecimento das famílias na garantia dos seus direitos. (ASSISTENTE SOCIAL, 4).

Todas as entrevistadas têm convicção de que o programa traz impactos para a atuação profissional, destacando o conhecimento do assistente social da sua teoria e da sua prática. Em contrapartida, é importante ressaltar que para isso ser possível, os profissionais envolvidos devem estar engajados com o programa e com a equipe multiprofissional que o envolve para que a troca de informações possa resultar em soluções e aprendizagem acerca das demandas postas.

Assim, esse quadro aponta-se as políticas públicas sociais com uma ferramenta capaz de oferecer possibilidades interventivas ao profissional do Serviço Social. As políticas públicas sociais têm por finalidade a elaboração de ações que visam à relação das instituições da questão social em desdobramento da promoção do desenvolvimento social das pessoas que utilizam desta. Têm as políticas públicas sociais caráter decisivo, que não são oriundas das demandas que surgem na sociedade - que são passíveis em um sentido que em sua natureza é contraditório e conflituoso, pois, representam interesses antagônicos das parcelas populacionais. Em vista disso, pouco torna-se a obter observou para pensar a necessidade de utilização de metodologia, composta por métodos e técnicas para uma prática profissional autônoma e de novas formas criativas, propositivas e interventivas como o trabalho em rede para o tratamento de questões complexas [...] (JORGES, MARINHO e SILVA, 2011, p. 7).

Além da equipe multiprofissional é importante destacar o trabalho em rede, onde envolve todos os setores das políticas sociais das quais são imprescindíveis para a demanda social existentes, uma vez que, as políticas públicas são instrumentos que possibilitam a intervenção profissional.

A política social é bastante complexa por lidar com as manifestações da questão social com o intuito de amenizá-la e promover o desenvolvimento dos seus usuários. São frutos da relação contraditória da sociedade (capital e trabalho), representando interesses antagônicos, onde a burguesia vê somente o seu bem próprio.

Quando questionadas sobre a sua percepção acerca do PCF, foram dadas as seguintes respostas:

O programa tem uma imagem positiva, principalmente no que diz respeito aos cuidados com a primeira infância pois, há o avanço da consciência da importância do desenvolvimento. (ASSISTENTE SOCIAL 1).

É um programa que não tem muita novidade no que se apresenta, mas o mesmo poderá auxiliar as famílias através do acompanhamento dos problemas sociais. (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Caracteriza um melhor atendimento e acompanhamento das famílias, além de possibilitar a proteção das crianças e suas famílias, contribuindo para a redução da ocorrência de vulnerabilidade e riscos sociais a que estão expostas. (ASSISTENTE SOCIAL 3).

É um programa como outros, com falhas e acertos, mas trazendo mais informações para as famílias que estão sendo acompanhadas. (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Analisando as falas, é perceptível que por mais que os profissionais trabalhem no mesmo ambiente e tenham a mesma função a designar, suas visões acerca do programa foram diferentes, sendo notório que o pretendido da pergunta foi respondido. Dessa forma, cabe destacar que foram explicitados os pontos positivos, mas não os pontos negativos, deixando a resposta incompleta.

Outra faz uma crítica ao programa, destacando de forma clara que o mesmo não traz nada novo e concreto para as mudanças que precisam ocorrer na vida dos usuários, já que, as atividades já eram realizadas por outros programas, projetos e equipamentos, ampliando bastante o que de atenção era feito. Complementando a análise, foi abordado a questão das falas do programa, sem citar quais são e nem de que forma afeta ao exercício profissional, bem como a redução dos problemas sociais existentes.

[...] O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de suprir o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas pouco em todos os gastos sociais e nas maravilhosas melhorias. A estabilidade monetária deveria ser a nota magna de qualquer governo. Para isso seria necessário uma disciplina rigorosa, com o controle dos gastos com bem-estar, e o restabelecimento da taxa "natural" de desemprego, ou seja, o criação de um setor industrial de reserva de trabalho para quando os sindicatos [...] (ANDERSON, 1991: p. 11).

Destaca-se que o interesse do Estado é de manter uma organização de poder forte para que se possa ter o controle sob as relações sociais com o intuito de cooptar os sindicatos e os gastos sociais. Dessa modo, para a burguesia é mais vantajoso restabelecer e orientar o setor industrial de reserva do que promover emprego e/ou políticas públicas eficazes. Já

que, isso ocasiona em menos gastos com as áreas sociais, fazendo com que se obtenha mais lucro.

Outra indagação feita no questionário foi: por meio do PCE, você acredita que os direitos dos usuários serão efetivados? Foram obtidas as seguintes respostas:

Vai depender da luta e da responsabilidade dos profissionais envolvidos no programa na luta por garantir e efetivar os direitos dos usuários. (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Sim. (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Como sujeitos ativos do direito, os usuários devem ser ouvidos e atendidos conforme a demanda, tendo assim a assistência próxima com a articulação das redes, facilitando o acesso das famílias atendidas às políticas e serviços públicos de que necessitam. (ASSISTENTE SOCIAL 3).

Sim, pois se verifica a necessidade do usuário, vai ser feita as encaminhamentos necessários. (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Referindo-se as falas, é perceptível que elas trazem respostas mais, onde a primeira responsabiliza o profissional pela efetividade do direito do usuário, a segunda apenas afirma que tais direitos são efetivados, porém não traz nenhuma justificativa, já a terceira relata a importância do trabalho em rede e a forma como o mesmo deve ser atendido nos equipamentos independentemente dele ser atendido pelo CRAS ou não. A quarta fala trata o instrumento do trabalho do assistente social (encaminhamentos) como atendimento inicial para com o usuário.

Dessa forma, é importante destacar a relevância acerca da totalidade para que seja possível obter críticas construtivas, conhecimento e desenvolvimento da realidade, onde em algumas falas se observam a falta de tal compreensão, já que, responsabilizam o profissional pela mudança concreta na vida dos usuários.

No contexto social, imprescindível entender a magnitude das relações capital e trabalho, bem como o dever do Estado e dos profissionais envolvidos com as políticas públicas. O assistente social lida diariamente com usuários que se encontram em vulnerabilidade social, em contrapartida, não cabe somente ao mesmo fazer com que o sujeito vulnerabilidade social, em contrapartida, não cabe somente ao mesmo fazer com que o sujeito seja desalienado, que não de tal condição. É um processo que envolve a prática aliada a teoria, o dever do Estado seja cumprido, ou seja, oferecer políticas eficazes e em relação aos usuários, que o mesmo se reconheça como um cidadão detentor de direitos, que possa ter acesso a informação e a busca por conhecimento e que tenha iniciativa e seja aberto a mudança de vida.

Por conseguinte, que a transição política da América Latina culmine em um ou outro modelo – formal versus integral – de democracia não é uma questão sem importância, especialmente para as forças de esquerda. Por isso a identificação dos problemas de transição e de consolidação dessa regime político no espaço restrito do que poderíamos chamar de “esfera pública” – isto é o debate e o funcionamento das instituições políticas de representação e de governo – constitui em si só equívoco e uma (indesejada) capitalização ideológica sobre as posições formalistas da socialização [...]. (BORON, 1995, p. 67).

Aqui, ressalta-se o que foi dito anteriormente, onde a democracia se encontra em um processo de fricção entre política, economia e sociedade, trazendo uma definição e transição dos problemas sociais que reduza a um simples método para a constituição da autoridade pública. É importante destacar a revalorização da democracia, onde ainda apresenta traços conservadores e empobrecimentos por parte da população e do Estado das quais foram alvo de lutas, manifestações e reivindicações na decoreta da história.

Posteriormente, foi abordado sobre qual a relação do CRAS com o PCF além de sua criação. As respostas foram:

Buscar melhorar a qualidade de vida das crianças, reduzindo a vulnerabilidade social das mesmas. (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Atender às e manter objetivo que é a luta pela garantia e efetivação de direitos, promovendo um desenvolvimento mais saudável da sociedade. (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Buscar a melhor para os usuários e para a redução da vulnerabilidade social. (ASSISTENTE SOCIAL 3).

Buscar atender suas demandas e melhorar suas condições de vida, favorecendo o fortalecimento das famílias e a prevenção de agravamentos. (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Observa-se que o CRAS e o PCF têm vários objetivos em comum como buscar melhorar a qualidade de vida do proletariado, reduzindo a vulnerabilidade social, lutar pela garantia e efetivação dos direitos sociais como foi dito anteriormente, atender as demandas de forma clara, simples e objetiva, fiscalizar os vínculos entre as famílias e prevenir possíveis situações que possam prejudicar a sociedade e aos usuários.

As profissionais demonstram total conhecimento sobre esse ponto, já que envolve a teoria abordada na graduação e a prática profissional, bem como a saber leituras como o PCF e suas respectivas funções, objetivos, públicos e condições para a funcionalidade do referido programa.

Essa face de impacto negativo dessas políticas, deveriam nos colocar várias questões. Em primeiro lugar, o problema do Estado. Não defendemos o Estado corrupto

Defendemos uma concepção pública dos valores da qual a intervenção social deve efetivamente se basear na solidariedade social. Ou seja, na diminuição das desigualdades e não somente na eficácia económica. Por outro lado, devemos nos perguntar: quais são os objetivos éticos desse Estado? Em que projeto de sociedade ele insere? Em face do debate da socialização – ou, mais precisamente, das medidas sociais que não são implementadas nos nossos países – um problema adquire uma importância central. (Andersen, Thorbeck, et al. 1995, p. 143).

Resulta-se a importância do estado na graduação, onde traz um embasamento teórico importante para a prática profissional já que envolve as políticas sociais das quais se encontram bastante focalistas, celestinas e fragmentadas. Certo também é relevante que o Estado não seja corrupto e que seja baseado na solidariedade, no respeito e no reconhecimento dos cidadãos como sujeito de direitos, que tenham a preocupação em atender a população e em diminuir a desigualdade social.

Levar em consideração a sociedade civil como principal objetivo e não a economia, a lucratividade, atender e validar daqueles que são os eleitores que elegem os candidatos, onde quando eleitos, eram para mostrar gratidão, trabalho eficaz e acabam fazendo o contrário do que foi prometido ou proposto.

Com base nas perguntas, é perceptível que o PCF não tem impactos positivos para os usuários, é apenas mais um programa paliativo que não atende as demandas necessárias de forma efetiva, apenas ameniza, se tornando simplesmente mais uma entre muitas já existentes. Sendo que, se as políticas públicas se mantiverem dessa forma, não haverá a diminuição das desigualdades sociais, da desemprego, da fome, ou seja, das expressões da questão social. Este é um desafio que o sistema social se depara cotidianamente, já que, essa situação difere do seu projeto ético político, do código de ética e da lei que regulamentam a profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central dessa pesquisa foi analisar a adesão do Programa Criança Feliz por meio da ótica dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Brejo Santo – CE. O propósito substancial foi de obter a compreensão acerca das diversas concepções das assistentes sociais e dos visitantes diante da concepção do PCF.

As perguntas realizadas possuíam a finalidade de aprofundar de forma mais profunda no tema abordado, sobre um olhar crítico a partir dos profissionais do CRAS na adesão do PCF, relacionando as indagações à prática profissional no referido programa.

Por meio do levantamento bibliográfico, pode-se compreender que o PCF é utilizado em prol do capitalismo, com o intuito de amenizar os problemas sociais de forma paliativa. Essa percepção foi adquirida após a realização da pesquisa onde se constatou que o programa não traz nada novo e nada de concreto na realidade da realidade social de seus usuários, sendo assim, um meio utilizado pela burguesia para manter sua hegemonia.

É através das políticas sociais que a população é atendida, sendo que, as mesmas se encontram fragmentadas, seletivas e focalizadas, mostrando a desistência do Estado em garantir os direitos sociais do qual é de sua responsabilidade. Essa é a estratégia do capitalismo, dar políticas paliativas apenas para amenizar e não envolver de fato os problemas, já que dessa forma, não obtém lucro.

Em relação à profissão, foi importante entender a prática e como as políticas sociais são imprescindíveis para a atuação, já que, é através dela que pode se trabalhar com os usuários, onde não ser encaminhados aos equipamentos necessários para atendê-los. Foi possível essa compreensão por meio da discussão sobre as políticas sociais, a prática profissional e o PCF, como também sobre o marxismo que trouxe a criticidade para o desenvolvimento da realidade.

Mediante a pesquisa, foi perceptível que a maioria dos profissionais não tinha total conhecimento sobre o programa, sendo este um ponto negativo para o equipamento e a instituição, já que não tem como desenvolver a realidade ou efetivar os direitos sociais sem ter informação, compreendendo e a crítica sobre o programa em sua teoria e prática.

Após a discussão teórica, por intermédio do questionário aplicado na pesquisa de campo, foi notório que as respostas obtidas se encaixam fielmente com a pesquisa bibliográfica. É importante ressaltar, que as percepções dos profissionais não demonstraram criticidade e conhecimento profundo acerca da temática, o que dificulta a efetivação dos direitos sociais.

É perceptível que o PCF é fruto da ideologia do capital, trazendo implicações na insatisfração das demandas postas, o que problematiza os trabalhos dos profissionais, bem como dificulta o acesso aos serviços, levando-se em consideração a burocratização, a falta de conhecimento e de informação, espaços de trabalhos sucumbidos, dentre outros.

Verifica-se que as três hipóteses apresentadas foram comprovadas, onde a que mais se destaca é a que o programa é fruto da lógica do capital, mostrando que o referido programa é capitaneado pelos princípios neoliberalistas e consequentemente, a desconsideração dos direitos trabalhistas.

Compreende-se que o PCF se caracteriza como uma estratégia do capitalismo para amenizar os problemas sociais e manter seu lucro de forma que sua poder se mantenha em hegemonia. A população é que sofre com as políticas setoriais e prioritizadas.

Consequentemente, apesar de o PCF ser resultado do sistema capitalista, é necessário observar suas atividades e fluxões, uma vez que são as mesmas tarefas realizadas nos equipamentos de assistência social. Como possível resolução, é imprescindível criar meios e estratégias de superação para esta problemática, como meio de garantir os direitos sociais, o conhecimento da população acerca do desenvolvimento da realidade.

É essencial salientar que a pesquisa não encerra o debate, visto que sua complexidade é profunda e complicada. Todavia, o debate acerca da temática é fundamental para o Serviço Social, incluindo profissionais e estudantes, bem como a população em geral que possa ter acesso e interesse a esse trabalho. A matriz temática em estudo compreende o olhar crítico a partir dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social na adesão do Programa Criança Feliz no município de Brejo Santo - CE, com o intuito de demonstrar se o referido programa é um avanço ou retrocesso na política pública.

Além disso, é importante entender a problemática para que se possa interferir na realidade social apresentada e discutida nesse trabalho, já que o Assistente Social não deve apenas ser um espectador com tal situação, assim como, promover o conhecimento crítico daqueles que possuem interesse sobre o tema.

É sabido que edificar a discussão aqui abordada é de extrema importância para a sociedade civil, uma vez que, é postada na totalidade que compreende a relação social, para assim, tornar provável o acesso, já que se trata de um programa novo que se encontra em processo de implantação, podendo ter várias transformações com o decorrer de sua funcionalidade.

Essa monografia dispõe-se diante a pesquisa, que esse trabalho possa colaborar eminentemente para a formação e a prática profissional do assistente social, como também o

congruência com o projeto ético político, o Código de Ética e a lei que regulamenta a profissão para ter o aporte teórico necessário para atuar na prática.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Welina Gomes de. Gênero e deficiência: a exclusão social de mulheres deficientes. In: II SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS. CULTURAS, LEITURAS E REPRESENTAÇÕES. Paraíba, 2009. *Gênero e deficiência: a exclusão social de mulheres deficientes*. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2009, p. 1-13.
- ANDERSON, Errir et al. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1995.
- BARBON, Mônica S. *Caso de Polícia: Reflexões sobre a Justiça Social e a Primeira República*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/cadernos/indicar/22/43-51.pdf>> Acesso em: 26 de Fev. 18.
- BENEVIDES, Jamille, DANIEL, Romagosa, HERWING, Selange Emilia. *Políticas Públicas e Estatuto da Criança e do Adolescente – materialização dos direitos das crianças e adolescentes*. São Paulo – SP, 2014. Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br/revistas/cienciapolitica/files/2014/06/Artigo-parte-o-III-Buscando-Bol.pdf>> Acesso em: 13 de Mar. 2018.
- BITENCOURT, Elaine Aparecida de Melo de. MACEDO, Márcio de. *Educação: A construção da família na história da aprendizagem escolar*. Biraça - Espírito Santo, 2011. Disponível em: <<http://www.arieda.sefsc.gov.br/wp-content/uploads/2013/02/Elaine-Aparecida-do-Melo-de-Bitencourt.pdf>> Acesso em: 14 de Mar. 2018.
- BORGES, Jessica Marina Diniz. MARINHO, Heloisa Heloisa. SILVA, Marcelle Regine Silva. *O trabalho em rede como uma estratégia de enfrentamento a fenômenos sociais complexos: uma alternativa de atuação mediante a violência doméstica contra as mulheres*. Belo Horizonte – MG, 2013. Disponível em: <http://www.crea-ng.org.br/arquivos/simpósio/C7%20TRABALHO%20EM%20REDE%20COMO%20UMA%20ESTRAT%20GIA%20DE%20ENFRENTAMENTO%20A%20FEN%20OMENOS%20SOCIAIS%20COMPLEXOS.pdf> Acesso em: 19 de Mai. De 2018.

JORON, Emir et al. *Neo-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado 1998, p. 60.

BRASIL,1993. *LOAS Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742, 1993*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasArctad a.pdf>. Acesso em: 06 de Mar. de 2018.

BULLA, Lenia C. *Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileira*. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1020/2/Relacoes_Sociais_e_Questao_Soc ial_na_Trajectoria_Historica_do_Servico_Social.pdf> Acesso em: 26 de Fev. de 2018.

CÂMARA, Fernanda Moreira. *Fundo Público e "Sistema S": uma análise reflexiva da arrecadação e prestação de cursos*. Brasília – DF, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10559/1/2015_FernandaMoreiraCultura.pdf> Acesso em: 13 de Mar. 2018.

CARVALHO, Graziela Figueireda. *A Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito*. Rio de Janeiro – RJ, 2008. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>> Acesso em: 12 de Mar. 2018.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crítica do salário*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CLOSS, Thaís T. *Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://revistasletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/lua/article/download/21931/13952>> Acesso em: 26 de Fev. de 18.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?* Revista Nova Rumos, v. 49, n. 1, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8 Ed- São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 16).

CRUZ, Carla. Ribeiro, Uiani. *Metodologia científica: teoria e prática* – 2ª edição. Rio de Janeiro, 2004.

DADOORIAN, Diana. *Gravidez na adolescência: um novo olhar*. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012> Acesso em: 13 de Mar. 2018.

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. *Neoliberalismo – Neo -Imperialismo*. Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ncos/v16n1/a01v16n1.pdf>> Acesso em: 13 de Mar. 2018.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira. SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Representações sobre a adolescência a partir dos educadores em conflito com a lei*. Maringá, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ps/v9n3/v9n3a03>>. Acesso em: 13 de Mar. 2018.

FECHINE, Ana K. F. da S. ROCHA, Mircia M. de Sá. CUNHA, Tharónia H. da. *O neoliberalismo e a formação das políticas sociais: desafios contemporâneos*. Natal- Rio Grande do Norte. 2014. Disponível em: <http://www.fev.br/revista/wp-content/uploads/2015/11/Socializando_20142_4.pdf> Acesso em: 27 de Fev. 2018.

FRANCHI, Mônica; BATISTA, Carla e CAMURÇA, Sílvia. *Neoliberalismo: A doutrina que orienta o ajuste estrutural, pobreza, e desigualdade de gênero*. Recife: Iniciativa de Gênero/S.O. S. Corpo Gênero e Cidadania, 2001. Disponível em: <<http://www.educacjopublica.rj.gov.br/biblioteca/cidadania/0032.html>> Acesso em 10 de Março de 2018.

GARCIA, Mariana Ferreira. *A constituição histórica dos direitos da criança e do adolescente: do abrigo ao acolhimento institucional*. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://oc.bu.ufsc.br/Social283137.pdf>> Acesso em: 13 de Mar. 2018.

GARCIA, L.; RAMOS, V.; BONADIO, V.. *A questão social*. ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 21-76-8498, América do Norte, 2009. Disponível em: <<http://intercomas.teledigraudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/articulo/viewFile/938/909>> Acesso em: 14 de Março de 18.

GUERRA, Jansira da Silva. *Do senso comum ao conhecimento crítico e (a) trabalhador (a) social na incubação de cooperativas populares*. Pelotas, 2005. Disponível em: http://antares.ucpel.tche.br/nasis/dissertacao_jansira.pdf Acesso em: 19 de Mai. De 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo, Atlas AS, 2007.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – *Como elaborar projetos de pesquisa*, 4. ed. – 12 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

IAMAMOTO, M.V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 18 Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LUNELLI, Luciana. COMERLATTO, Dania. *Política de Assistência Social no Enfrentamento da Pobreza: estratégias e consecução*. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://revistaeletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/13213/11765>> Acesso em: 27 de Fev. de 2018.

MARCATONIO, Marcia Sanches. PONSECA, Sérgio Cesar da. *A Legislação Brasileira de Assistência e o processo de interiorização das políticas assistenciais em espaço escolar*. São Paulo – SP, 2017. Disponível em: <http://www.anh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502833022_ARQUIVO_ALegiaoBrasil cidadeAssistenciaeoprocessointeriorizacaodapoliticanassistenciaisnoespaoscolar_final.pdf> Acesso em: 13 de Mar. 2018.

MEGA, Luciano Farias. *Mudanças causadas pelo programa de transferência de renda, Bônus Família, aos beneficiários de Santa Vitória do Palmar – RS*. Pelotas, 2008. Disponível em: http://antares.ucpel.tche.br/nasis/dissertacoes/Mestrado/2008/Dissertacao_Luciano_Mega.pdf Acesso em: 19 de Mai. De 2018.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica NOR/SUAS*. Brasília, Jul. 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Reimpr. 2014. Brasília, 2013.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. V. 1. 1ª edição. Brasília, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília, 2009.

MONTAÑO, Carlos E. *O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor"*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neilsa/dowload/v4_carlos_montano.pdf> Acesso em: 27 de Fev. de 2018.

MOURÃO, Luciana. *Oportunidades de qualificação profissional no Brasil: reflexões a partir de um panorama quantitativo*. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bsa/v13n1/a09v13n1.pdf> Acesso em: 19 de Mai. De 2018.

NASCIMENTO, Shyllane Ciriano Alves do. **PÓS-MODERNIDADE E SERVIÇO SOCIAL: O exercício profissional no Núcleo de Apoio do Serviço Social no Centro Universitário Dr. Lello Sampaio em Juazeiro do Norte/CE**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Serviço Social) Centro Universitário Dr. Lello Sampaio. Juazeiro do Norte/CE.

OLIVEIRA, Josiane Toledo. *O Código de Menores Melo Mattos de 1927: A concepção de menor e de educação no período de 1927 a 1979*. Londrina, 2014. Disponível em: <<http://www.ael.br/oca/pedagogia/paginas/arquivos/JOSEIANE%20TOLEDO%20OLIVEIRA.%20O%20codigo%20de%20menores%20Mello%20Mattos%20de%201927%20a%201979>>

caso%20de%20maior%20e%20de%20educacao%20no%20periodo%20de%201927%20a%201979.pdf> Acesso em: 13 de Mar. 2018.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria "questão social" em debate*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época; v. 109).

PEREZ, José Roberto Ruy, PASSONE, Eric Ferdinando. *Políticas Sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil*. Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>> Acesso em: 13 de Mar. 2018.

PIANA, MC. A construção do perfil da assistência social no cenário educacional. *O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579630389-04.pdf>> Acesso em: 26 de Fev. de 2018.

REZZINI, Irmã. *O século perdido: cultura histórica das políticas públicas para infância no Brasil*. – 2. Ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2008.

RICHARDSON, Robert Jerry. *Pesquisa social: métodos e técnicas* / Roberto Jerry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Porto (et al.). 3 ed. – 15. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

SADER, Emir et al. *Neo-liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1995.

SALES, Mione Apolinário. MATOS, Maurício Castro de. LEAL, Maria Cristina. *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos*. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. *Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www01.livrongratia.com.br/cp062620.pdf>> Acesso em: 26 de Fev. de 2018.

SILVA, Caroline O. da. BANDEIRA, Daniele de M. SILVA, Isadora S. *Questão Social: uma compreensão sobre os seus significados*. Fortaleza-CE, 2011. Disponível em:

<http://www.uacv.br/eventos/seminariocetrov/analises/trabalhos_completos/69-17235-08072013-175927.pdf> Acesso em: 26 de Fev. de 2018.

SILVA, Ivone M. F. da. *Questão Social e serviço social na informação: administração brasileira*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portaldepublicacoes.ufes.br/temperulla/article/download/3033/4130>> Acesso em: 26 de Fev. de 2018.

SILVA, Ana C. de S. PONTE, Jessica H. PACHÉCO, Tereza N. de P. *A pobreza como expressão da questão social*. Disponível em: <http://www.uacv.br/eventos/seminariocetrov/analises/trabalhos_completos/69-12914-08072013-160790.pdf> Acesso em: 26 de Fev. de 2018.

SILVA, Enid Rocha Andrade da, MELLO, Simone Guerra. *O direito à convivência familiar e comunitária: as adições para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: <http://www.crianca.reppr.stp.br/arquivos/Files/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf> Acesso em: 14 de Mar. 2018.

SPOSATI, Aldaiza. *Transitoriedade da felicidade da criança brasileira*. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.acicla.br/pdf/ano01n130/0101-4628-ano01-130-0526.pdf>>. Acesso em: 13 de Mar. 2018.

STEIN, ROSA H. *A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento*. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.repositorio.uab.br/bitstream/10482/8556/1/ARTIGO_NovaQuestaoSocial.pdf Acesso em: 26 de Fev. 2018.

Técnica-SUAS n. 01. *Proteção Social Básica de Assistência Social*. Brasília, 2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Constituição Federal de 1988. Seguridade Social. Art. 194, alterado pela Emenda Constitucional no 20 de 1998. Disponível em: <<http://www.mps.gov.br/contendoDinamico.php?id=37>> Acesso em 05 de Mar. de 2018.

VIEIRA, Ana Luisa, PINI, Francineia, ABBRU, Juliana. Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). [Livro Eletrônico] 1. Ed. - São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.
Disponível em: https://www.paulofreire.org/eca/e_book_ECA.pdf Acesso em: 13. Mar. 2018.

APÉNDICE (5)

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSISTENTES SOCIAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJO SANTO-CE

1. Gênero:

() Masculino () Feminino

2. Idade:

() Entre 20 a 22 anos () Entre 30 a 32 anos

() Entre 23 a 25 anos () Acima de 33 anos

() Entre 26 a 28 anos

3. Quais as mudanças concretas na vida do usuário após serem atendidos pelo programa?

4. Em relação ao PCF e o Serviço Social, você acredita que ele tem impactos para a atuação do assistente social? De que forma?

5. Qual a sua percepção acerca do PCF?

6. Por meio do PCF, você acredita que os direitos dos usuários serão efetivados?

7. Qual a relação do CRAS com o PCF além da sua execução?

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITADORES SOCIAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJO SANTO-CE

1. Gênero:

() Masculino () Feminino

2. Idade:

() Entre 20 a 22 anos () Entre 30 a 32 anos

() Entre 23 a 25 anos () Acima de 33 anos

() Entre 26 a 28 anos

3. Qual a sua formação acadêmica?

4. Para você, o que é o PCP?

5. Quais são as ações do PCP?

6. Qual a sua percepção acerca da realidade social apresentada?

ANEXO (S)

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitulada "Avanço ou Retrocesso: Um olhar crítico na adesão do Programa Criança Feliz pelo município de Brejo Santo/CE" está sendo desenvolvida pela aluna Angélica Cruz Lima, sob orientação da professora Ms. Shyelá Alves Dias, do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Posto o como objetivo "analisar a adesão do Programa Criança Feliz por meio da ética dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS de Brejo Santo/CE" com fins de produção monográfica que estabeleça como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária, e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo aluno. Caso decida não participar do estudo na condição supracitada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respondidas em total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas podendo ser apresentadas como artigo científico e poderão ser apresentadas em eventos científicos, mantendo-se o sigilo e a integridade física e moral do indivíduo participante do estudo. A coleta de dados ocorrerá através de uma entrevista.

O aluno estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, bem como o professor orientador.

Diante do exposto, eu _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Juazeiro do Norte - CE, _____ de _____ de 2018.